

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCSo)  
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA CLAUDIA OLARTECHEA VERON

**SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS:  
O CASO DOS ASSENTAMENTOS PDS MÁRIO LAGO E SANTA HELENA NO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

São Carlos  
2025

ANA CLAUDIA OLARTECHEA VERON

**SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS:  
O CASO DOS ASSENTAMENTOS PDS MÁRIO LAGO E SANTA HELENA NO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

São Carlos

2025

ANA CLAUDIA OLARTECHEA VERON

**SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS:  
O CASO DOS ASSENTAMENTOS PDS MÁRIO LAGO E SANTA HELENA NO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais

São Carlos, 20 de fevereiro de 2025.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho - Orientador  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
Universidade Federal de São Carlos

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram e me incentivaram a alcançar meus objetivos, obrigada por me possibilitarem chegar até aqui. Agradeço ao professor Joelson, cuja orientação foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa e para a minha trajetória acadêmica. Agradeço também a todos os professores da UFSCar que fizeram parte da minha formação enquanto cientista social.

Um agradecimento especial ao Nuper e aos assentados do PDS Mário Lago e Santa Helena que foram fundamentais para a existência deste trabalho, sou imensamente grata pelas experiências que vivenciei nesses espaços.

Agradeço aos amigos que cultivei ao longo da vida e durante a graduação de Ciências Sociais: Ana, Victor, Jackson, Julia, Gabi, João, Guilherme, Josi, Manu, Rafa, Edwin. Obrigada por fazerem parte dessa trajetória e tornarem meus dias mais leves e divertidos, sem vocês eu não teria conseguido chegar tão longe. Agradeço especialmente a Patrícia e a Samara que foram fundamentais em minha vida. Obrigada por sempre me oferecerem apoio e coragem nos momentos mais difíceis e, muito obrigada, por nunca permitirem que eu desistisse dos meus sonhos.

## RESUMO

O agronegócio, enquanto sistema agroalimentar hegemônico, não tem sido eficaz no combate à fome, devido a sua dinâmica que fortalece o desenvolvimento de grandes grupos transnacionais que comandam a produção e comercialização de produtos agrícolas, em que se prioriza a produção de commodities e não a de alimentos. Nesse cenário, a agroecologia se apresenta como uma alternativa de sistema agroalimentar em que os agricultores e os consumidores ganham centralidade, sendo uma condição necessária sem a qual não há possibilidades de mudanças na estrutura do atual sistema agroalimentar, visando transformar a forma como está organizada a produção, distribuição e comercialização dos alimentos. Diante disso, este trabalho tem como objetivo investigar as potencialidades e os desafios para a garantia da segurança e soberania alimentar em dois assentamentos rurais do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sendo eles: o PDS Santa Helena e o PDS Mário Lago, localizados respectivamente no município de São Carlos (SP) e Ribeirão Preto (SP). Os assentamentos investigados apresentam um projeto agroecológico estratégico para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, além de desenvolverem uma forma de produção distinta do agronegócio sucroalcooleiro que predomina na região. Metodologicamente, a investigação foi estruturada a partir de pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas e aplicação do questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar nos assentamentos PDS Santa Helena e PDS Mário Lago no estado de São Paulo. Conclui-se que, diferente da realidade nacional, os assentamentos modelo PDS por meio do trabalho coletivo, cooperativo e da produção agroecológica contribuem para a redução da insegurança alimentar e nutricional das famílias camponesas assentadas.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania Alimentar; Assentamentos Rurais;

## ABSTRACT

The agribusiness sector, as the hegemonic agri-food system, has not been effective in combating hunger due to its dynamics, which strengthen the development of large transnational groups that control the production and commercialization of agricultural products, prioritizing the production of commodities over food. In this context, agroecology emerges as an alternative agri-food system where farmers and consumers take center stage, representing a necessary condition for transforming the current structure of the agri-food system. This transformation aims to reshape the way food is produced, distributed, and commercialized. Given this, this study aims to investigate the potentialities and challenges in ensuring food security and sovereignty in two rural settlements classified as Sustainable Development Projects (PDS): PDS Santa Helena and PDS Mário Lago, located in the municipalities of São Carlos (SP) and Ribeirão Preto (SP), respectively. These settlements implement a strategic agroecological project to improve the food and nutritional security of settled families while developing a production model distinct from the dominant sugar-alcohol agribusiness in the region. Methodologically, the investigation was structured through field research with semi-structured interviews and the application of the Brazilian Food Insecurity Scale questionnaire in both PDS Santa Helena and PDS Mário Lago settlements in São Paulo. The study concludes that, unlike the national reality, the PDS model settlements, through collective and cooperative work and agroecological production, contribute to reducing food and nutritional insecurity among settled peasant families.

**Keywords:** Food and Nutritional Security; Food Sovereignty; Rural Settlements.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAIs – Complexos Agroindustriais

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CIVC – Conferência Internacional da Via Campesina

CMA – Cúpula Mundial de Alimentos

CNA – Centro Nacional de Alimentação e Nutrição

COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DAERP – Departamento de Água e Esgoto do Município

DHAA – Direito Humano à Alimentação

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FMI – Fundo Monetário Internacional

IA – Insegurança Alimentar

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MLST – Movimento Libertação dos Sem Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NuPER – Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PFZ – Projeto Fome Zero

PIDESC – Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PNAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária  
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição  
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional  
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta  
UDR – União Democrática Ruralista

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS.....	14
2.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	14
2.2 ASSENTAMENTOS RURAIS PDS E A AGROECOLOGIA .....	20
2.3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	26
2.4. SOBERANIA ALIMENTAR .....	29
2.5. SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL .....	32
3. PDS MÁRIO LAGO: OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	41
4. PDS SANTA HELENA: NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	49
5. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS PDS.....	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	58
7. REFERÊNCIAS .....	60
Anexos .....	65

## 1. INTRODUÇÃO

O agronegócio, enquanto sistema agroalimentar hegemônico, não tem sido eficaz no combate à fome, visto que o sistema capitalista, em sua dinâmica de concentração e centralização de capital, tem como consequência, o desenvolvimento de grandes grupos transnacionais que comandam a produção e comercialização de produtos agrícolas, via cadeias agroalimentares oligopolizadas. Assim, não garante disponibilidade, qualidade e regularidade de acesso aos alimentos a um contingente crescente de pessoas vulnerabilizadas, indo em sentido contrário da Soberania Alimentar. Por outro lado, a agroecologia se apresenta como uma alternativa de sistema agroalimentar em que os agricultores e os consumidores ganham centralidade, sendo uma condição necessária sem a qual não há possibilidades de mudanças na estrutura do atual sistema agroalimentar, visando transformar a forma como está organizada a produção, distribuição e comercialização dos alimentos.

É na área rural, em termos internacionais, que se concentra os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar no mundo, devido à falta de acesso à terra suficiente e outros bens necessários para a produção voltada ao autoconsumo. No Brasil, a Insegurança Alimentar também se torna mais preocupante nas áreas rurais em que o índice de IA moderada ou grave é mais elevado e estava presente, no final de 2021 e início 2022, em mais de 35% dos domicílios, percentual maior se comparado aos 29% existentes nas áreas urbanas. Entre os domicílios rurais, os da agricultura familiar e camponesa foram os mais afetados pela crise econômica, sanitária, política e pelo desmonte das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar (PENSSAN, 2022).

Diante desse cenário, esta pesquisa busca investigar as potencialidades e os desafios para a garantia da segurança e soberania alimentar em dois assentamentos rurais do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sendo eles: o PDS Santa Helena e o PDS Mário Lago, localizados respectivamente no município de São Carlos (SP) e Ribeirão Preto (SP). Os assentamentos investigados apresentam um projeto agroecológico estratégico para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, além de desenvolverem uma forma de produção

distinta do agronegócio sucroalcooleiro que predomina na região e é notoriamente responsável por danos ambientais e sociais na região.

Para cumprir o objetivo geral, estruturam-se três objetivos específicos, a saber: 1) Investigar as práticas agroecológicas desenvolvidas nos assentamentos PDS Santa Helena e PDS Mário Lago; 2) Mapear os principais desafios para a garantia da segurança e soberania alimentar nos assentamentos estudados e; 3) Dimensionar a insegurança alimentar e nutricional das famílias assentadas do PDS Santa Helena e PDS Mário Lago.

A fim de cumprir com os objetivos delimitados, a pesquisa foi desenvolvida com métodos qualitativos de pesquisa social, sendo este a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e as entrevistas semiestruturadas. O primeiro movimento foi a pesquisa bibliográfica para realizar o aprofundamento sobre como se estruturou os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Soberania Alimentar, Agroecologia e as escalas utilizadas para mensurar a Insegurança Alimentar no Brasil. Além do aprofundamento na literatura sobre o rural brasileiro que permitiu a compreensão dos fatores que estruturam a insegurança alimentar no Brasil.

A intencionalidade do recorte metodológico utilizado parte do entendimento do assentamento como lócus privilegiado para a pesquisa proposta referente à segurança alimentar e nutricional. Ademais, a região escolhida é conhecida pelas grandes cadeias agroindustriais, além da forte presença de instituições ligadas ao agronegócio que dividem espaço – de maneira não harmônica – com assentamentos rurais e movimentos sociais de luta pela terra.

A pesquisa de campo é fundamental, pois possibilita a aproximação com a realidade sobre a qual se formulou a pergunta de pesquisa, além de proporcionar a interação com os atores que integram esta realidade (Minayo, 2016). Já a entrevista favorece a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, permitindo a compreensão dos significados, dos valores e das opiniões que os atores sociais atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante (Fraser; Gondim, 2004).

A pesquisa de campo nos assentamentos PDS Santa Helena e Mário Lago no estado de São Paulo ocorreu durante o ano de 2023, sendo realizada entrevistas semiestruturadas com os assentados. No primeiro momento, foi aplicado foi aplicado às questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, conforme anexo A e C (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009), indicador direto de Insegurança Alimentar, sendo de baixo custo de aplicação e validado no Brasil para população urbana e rural, com

a inclusão da variável relacionada à produção de alimentos para autoconsumo com o intuito de obter os dados referentes à insegurança alimentar nos assentamentos. No segundo momento, as entrevistas semiestruturadas tinham por intuito realizar uma caracterização histórica e social do assentamento em termos gerais e compreender como as práticas agroecológicas poderiam impulsionar a segurança e a soberania alimentar dos assentados, mapeando os desafios para a garantia do projeto agroecológico.

Sendo assim, é necessário caracterizar a região investigada na pesquisa: tanto o município de Ribeirão Preto quanto o de São Carlos estão localizados em área de afloramento do Aquífero Guarani, maior manancial de água doce do mundo, fato que confere extrema importância ambiental para a região. O avanço das atividades agrícolas e de suas práticas inapropriadas para o meio ambiente, como a utilização intensa de insumos químicos e agrotóxicos no solo, representa risco à conservação das áreas de afloramento e recarga do aquífero (Nunes; Silva, 2016), como é o caso da produção de cana-de-açúcar que utiliza produtos químicos potencialmente contaminantes para o solo (Gomes *et al.*, 2006).

A área do assentamento PDS Mário Lago foi desapropriada por causa do não-cumprimento da função social da propriedade rural no que tange a utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, sendo um assentamento emblemático no município considerado a “capital nacional do agronegócio” (Carvalho, 2011). Devido às condições descritas, motivou-se a construção do assentamento rural com potencialidade para recuperação da degradação ambiental da área e a modalidade adotada foi o PDS. Esta modalidade de assentamento, mais comum na região norte do país, tem como característica ser destinada à população interessada em realizar atividades de baixo impacto ambiental em áreas relevantes para o meio ambiente, com o objetivo de promover a sustentabilidade.

Para garantir a efetiva implementação desse tipo de projeto alicerçado em princípios ecológicos, sociais e econômicos, em 2007, foi elaborado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), por intermédio do Ministério Público em Ribeirão Preto e com a participação dos assentados, de setores da sociedade civil e do INCRA, que previa:

(...) a organização produtiva com incentivo às práticas cooperativas em diversas áreas; não arrendamento de terra, parceria ou venda, sob pena de criminalização; reflorestamento e defesa ambiental; destinação de 35% da área para Reserva Legal [...] incentivo às práticas de produção agroecológica, programas de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, além de programas de agrobiodiversidade, programa florestal, manejo sustentável da água e irrigação e rejeição do uso de agrotóxicos, também sob pena de criminalização (Nunes; Silva, 2016, p. 44).

Uma especificidade do PDS Mário Lago é que ele foi constituído a partir da ocupação da Fazenda da Barra em 2003, liderada pelo MST. Entre a ocupação e a criação definitiva do assentamento, em 2007, houve um processo de divisão, devido a conflitos internos, e a área, atualmente, é composta por três assentamentos, a saber: Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias (Carvalho, 2011) <sup>1</sup>.

O outro assentamento investigado, o PDS Santa Helena, oficializado em 2005, está localizado na região Central do estado de São Paulo, no município de São Carlos, abrigando 14 famílias assentadas pelo Incra, cada família possui uma área produtiva de aproximadamente 5,4 ha, sendo que o assentamento rural possui uma área total de 102,5 ha, incluindo as áreas comunitárias, de reserva legal e área de preservação permanente. O PDS Santa Helena assim como o PDS Mário Lago fica localizado em área de recarga do Aquífero Guarani, tendo uma grande importância ambiental para a região. Anteriormente à existência do assentamento, a área era denominada Fazenda Santa Helena e era arrendada para o plantio de cana de açúcar para a Usina Ipiranga, do grupo Copersucar, localizada em Descalvado/SP (86 ha). Devido aos danos causados, a área foi desapropriada e destinada ao projeto de assentamento do tipo PDS, construído a partir de uma perspectiva inovadora de produção sustentável que visa a não utilização de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos (Saravalle, 2016).

O presente trabalho foi dividido em quatro seções, a primeira tem como objetivo evidenciar os referenciais teóricos metodológicos da pesquisa, sendo estes

---

<sup>1</sup> Na Portaria Incra/SR (08), Nº 21/2007, apenas se considera a área como um todo, denominada PDS da Barra. Dado que os princípios de trabalho coletivo, defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional e o vínculo com a Via Campesina é exclusividade do MST no PDS da Barra, decidiu-se, para fins desta pesquisa, trabalhar apenas com o PDS Mário Lago.

a agroecologia, segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar. Este primeiro tópico busca traçar uma visão geral da questão agrária no Brasil, para depois avançar na caracterização dos conceitos de agroecologia, SAN e de Soberania Alimentar, compreendendo suas implicações no âmbito internacional e nacional. A segunda seção apresenta o estudo de caso realizado no PDS Mário Lago com intuito de caracterizar as estratégias adotadas pelos assentados para assegurar a SAN. A terceira seção apresenta os resultados da investigação realizada no PDS Santa Helena que também buscou investigar as práticas agroecológicas empreendidas para o fortalecimento da SAN. Já a quarta seção mapeia quais os principais desafios e potencialidades dos assentamentos rurais investigados para a superação da insegurança alimentar no meio rural.

## **2. REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS**

### **2.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

A questão agrária é compreendida como o conjunto dos problemas relativos à produção e reprodução social no campo dentro do capitalismo. Dado que a expansão do capitalismo no campo é historicamente marcada por um processo desigual e contraditório. Nas décadas de 1950 e 1960 devido a persistência de um modelo baseado na concentração de terras, baixa produtividade, relações de trabalho precárias, tensões militares e elevadas pressões inflacionárias, acirrou-se um expressivo debate sobre a questão agrária nacional. Neste debate fizeram parte importantes intelectuais da época que estavam preocupados em discutir as condições de estrutura fundiária, o modelo de desenvolvimento econômico e as profundas desigualdades no campo brasileiro, sendo eles Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães e Celso Furtado (Carvalho, 2015).

O pensamento de Guimarães considerava que a estrutura latifundiária brasileira, devido à herança da colonização, apresentava resquícios feudais, ideia que será amplamente debatida nesse período, principalmente, por autores contrários a essa tese que buscavam demonstrar a natureza capitalista da agricultura brasileira. Para ele, a estrutura agrária do país era incompatível com o desenvolvimento capitalista, sendo essencial uma reforma agrária capaz de destruir as relações feudais ou semifeudais. Outro autor que trouxe importantes contribuições para o debate foi

Ignácio Rangel, ao evidenciar as relações entre a questão agrária e a questão urbana, associando a concentração da estrutura fundiária brasileira com o trabalho precarizado nos centros urbanos (Carvalho, 2015).

O final dos anos 1960 consolida no Brasil um novo paradigma em torno da questão agrária, de acordo com Wanderley (2011), a afirmação da natureza capitalista da agricultura brasileira e o reconhecimento da centralidade do processo de acumulação capitalista no país marca a resolução do debate político-acadêmico acerca do dilema feudalismo-capitalismo. Sendo o ponto de partida o pensamento de Caio Prado Júnior que combateu as teses de um Brasil feudal e evidenciou em sua obra o caráter capitalista da sociedade brasileira e as conseqüentes implicações sobre seu processo de transformação.

Mas essas sobrevivências escravistas (que são frequentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como “restos feudais”), longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia e favorecendo, por conseguinte, a acumulação capitalista. O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece e em que frequentemente se apoia, uma vez que o baixo custo da mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários. (Prado Júnior, 1966, p. 150.)

De acordo com Caio Prado Júnior, a existência do trabalho escravo e o caráter mercantil da economia contraria os fundamentos econômicos do feudalismo na produção colonial. Para ele, o foco da reforma agrária não deveria ser contra o “latifúndio improdutivo” e os “restos feudais”, mas sim ter como intuito a mudança dos fenômenos gerados pelo capitalismo, como a concentração fundiária, a exploração dos trabalhadores rurais e os baixos ganhos salariais. Sendo a solução a melhoria nas condições de trabalho e renda, por meio da regularização econômica e jurídica das diversas ocupações e relações de emprego presentes na agricultura. (Kageyama, 1993).

Celso Furtado também adota a ideia de que os problemas agrários são desencadeados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. O monopólio da terra é o que conserva a posição dominante da empresa agromercantil e impede a formação de pequenas ou médias comunidades agrícolas, restando para a maioria das pessoas

se submeterem aos empregos existentes nas grandes propriedades ou mudarem-se para outro local. A concentração de terras contribui para a concentração de renda, limita o processo de industrialização e atua como uma barreira ao desenvolvimento do país. As interpretações clássicas nos permitem observar as múltiplas formas de compreender a questão agrária nacional, compreendendo sua dimensão política, econômica e social. (Kageyama, 1993; Furtado, 2005).

O movimento de reforma na estrutura agrária do país foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964, que pôs em curso uma “modernização conservadora da agricultura”. Exemplo disso é o Estatuto da Terra, decretado no período militar, que apesar de avançar nas medidas de ordenamento territorial, sendo a primeira lei de reforma agrária e contribuindo para o surgimento de novos conceitos, tal como o de função social da terra, não foi implementado efetivamente devido ao conservadorismo político da época. Assim, o Estatuto serviu apenas como um instrumento para amenizar os conflitos sociais e inibir o surgimento de novos movimentos que pautassem a reforma agrária. Sendo o período de 1964 a 1985 marcado pela forte repressão de movimentos sociais, pelo grande apoio do Estado à modernização da agricultura e pela obstrução de implantação de projetos de reforma agrária. (Wanderley, 2011; Delgado, 2014; Carvalho, 2015).

A modernização agrícola é mais do que apenas uma incorporação tecnológica na agricultura, sendo um processo de transformação das relações de produção no campo e na cidade. A partir da Revolução Verde na década de 1950 um conjunto de inovações surgiu para o aumento da produtividade agrícola, assim, desconsiderando a complexa realidade agrária nacional, nos anos 60, o Brasil adotou uma série de políticas agrícolas que modificaram as bases técnicas de produção com a introdução de máquinas, equipamentos e insumos, visando aumentar a produtividade no campo (Carvalho, 2015).

A Revolução Verde foi um processo de criação de novas sementes e a inovação de práticas agrícolas com o intuito de aumentar a produtividade de cereais básicos como trigo, arroz e milho. A modernização da base agrícola derivada desse conjunto de inovações, notadamente financiadas com capital norte-americano, trouxe, para países pobres como o Brasil, alterações drásticas nas relações sociais de produção, tanto no campo quanto na cidade. (Carvalho, 2015, p. 93).

As mudanças ocasionadas pela modernização agrícola contribuíram para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais (CAIs), em que os processos produtivos agrícolas passaram a depender da indústria, demandando produtos industriais para produção agrícola e ofertando produtos agrícolas para serem processados pela indústria (Carvalho, 2015).

Essa modernização privilegiou o latifúndio e a monocultura, em que a produção passou a depender mais da indústria com o uso de máquinas, fertilizantes defensivos químicos e outros equipamentos. De acordo com Bombardi (2023), após a Segunda Guerra Mundial, empresas ligadas aos setores de máquinas e insumos químicos adentraram a agricultura sem que estivessem diretamente vinculadas à produção agrícola. Nas palavras da autora:

A isso se dá o nome de “monopolização do território”, ou seja, o capital se apropria da renda obtida pela agricultura (a renda da terra) sem participar da produção agrícola. Para que se inicie uma produção agrícola sob o modelo da “agricultura tecnológica”, químico dependente, é necessário que o agricultor despenda uma parcela de seus recursos na aquisição de “insumos” (sementes, fertilizantes, agrotóxicos etc.). Assim, pois, temos uma agricultura absolutamente subordinada à indústria (Bombardi, 2023, p. 57).

O desenvolvimento do capitalismo no campo, apesar de ter garantido o aumento da produtividade agrícola, não foi capaz de solucionar os problemas agrários. Pelo contrário, agravou as contradições socioeconômicas existentes no rural brasileiro a partir da subordinação da agricultura à lógica do capital, nacional e internacional, que reforça a concentração de terras (Carvalho, 2010).

Com o fim do regime militar será constituído um cenário favorável para a consolidação dos movimentos sociais e o debate democrático. Nessas condições o debate da questão agrária retorna, levando a Constituição de 1988 a incorporar os princípios jurídicos da função social e ambiental de propriedade da terra, contidos no Estatuto da Terra, mas que foram ignorados na política agrária do regime militar. (Wanderley, 2011; Delgado, 2014; Carvalho, 2015).

Com a redemocratização, os problemas agrários, antes ocultados pela modernização conservadora, passam a ganhar maior destaque com a visibilidade da contradição existente entre o aumento da produtividade agrícola e a intensificação da desigualdade social devido à concentração de terra. Nesse cenário, emergem movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária, a exemplo do Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, também ganha força nesse período movimentos contrários à reforma agrária, como a União Democrática Ruralista (UDR). Vale ressaltar que o ressurgimento do debate agrário é resultado de um processo histórico que “à medida que dava respostas à questão agrícola, agravava a questão agrária” (Carvalho, 2011, p. 37).

Nesse cenário, é criado o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que tinha como intuito a realização da função social da propriedade, porém, o plano aprovado pelo Governo Sarney (1985- 1989), devido a intervenção da UDR, era significativamente distinto do proposto originalmente por José Gomes da Silva. Assim, a meta do PNRA de assentar 1,4 milhão de famílias não se concretizou durante os quatro anos de governo, resultando em apenas 515 projetos com capacidade de assentamento de 83.625 famílias. Apesar dos esforços da luta pela reforma agrária, não houve uma redução significativa da concentração de terras entre 1985 e 2006, persistindo o problema histórico da desigualdade no campo brasileiro (Carvalho, 2015).

De acordo com Delgado (2012) esse período se constitui historicamente como uma transição entre dois projetos econômicos: o da modernização conservadora, durante o regime militar (1965-1985), e a economia do agronegócio, plenamente vigente a partir dos anos 2000 até o presente. O projeto de modernização conservadora da era militar encontra seu limite a partir de dois significativos eventos: a grave crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição de 1988.

O período da década de 1980 sofreu com a estagnação econômica, devido a alta inflação e o elevado endividamento externo. A Constituição de 1988 foi responsável por alterar de forma significativa as condições políticas e jurídicas que deram suporte às políticas agrícolas durante o regime militar. Além disso, as reformas neoliberais, promovidas nos anos 1990, nas políticas agrícolas auxiliaram nesse processo de desmonte das estruturas internas que sustentavam a modernização conservadora. As mudanças tanto nas condições internas quanto externas alteraram a estratégia econômica do regime militar (Delgado, 2012).

A partir das políticas neoliberais, em 1995, se produziu no Brasil uma nova resposta à luta pela terra, sendo esta a Reforma Agrária de Mercado. Nessa proposta não há mais a desapropriação realizada por iniciativa estatal, mas a organização dos trabalhadores em associações para a compra da terra a partir de empréstimos em uma agência financeira determinada pelo Governo Federal. Nessa dinâmica, o

vendedor recebe à vista e os trabalhadores rurais assumem o pagamento do crédito fundiário. Essa “reforma agrária” promove o afastamento do Estado do processo de desapropriação das terras, no lugar disso busca resolver a questão agrária pela via do mercado, transferindo para os trabalhadores o custo e os riscos de adquirir a terra. Tendo como resultado nos assentamentos realizados por esse tipo de política: a inadimplência da maioria dos beneficiários (Carvalho, 2015). De acordo com Delgado (2014) nos anos 2000:

O projeto de modernização conservadora da agricultura se reestrutura, depois da crise sofrida desde a segunda metade dos anos oitenta até final dos 90. Agora (anos 2000) já não se apoia no Estado da Segurança Nacional, mas no Estado Democrático, instituído pela Constituição de 1988. Esse projeto, articulado externamente pela “reprimarização” do comércio exterior brasileiro, organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob a forma de uma hegemonia política, contando com forte aparato ideológico (mídias, academia, burocracia), de certa forma dispensável durante o regime militar. Conta também com uma sólida bancada ruralista, que era também dispensável no período dos governos militares (Delgado, 2014, p. 33-34).

Tendo como premissa comum entre o projeto de modernização conservadora da era militar e a economia do agronegócio: a absoluta “mercadorização” das terras e a dispensa de qualquer mudança na estrutura agrária do país, assim, a “solução” conservadora encontrada para a questão agrária, tanto em 1964 quanto nos anos 2000, gera uma nova questão agrária. A proposta de completa mercadorização da terra vai no sentido contrário da própria Constituição que resguarda o direito da função social da terra, sendo a “desmercadorização” da terra o próprio cerne da reforma agrária. No entanto, no último quarto de século, não é possível encontrar um compromisso na política agrária no sentido da “desmercadorização das terras”, há na realidade o “consenso” pela desativação da regulação estatal e pela completa autonomia dos mercados para tratar a terra como mercadoria (Delgado, 2014).

A mercadorização absoluta da propriedade privada é contraditório à função social da terra, visto que promove a exclusão do campesinato, deteriora as condições de vida urbana e oferece riscos ambientais. Assim, “impor limites à liberdade de ação do capital sobre o espaço territorial, no seu estágio monopolístico, internacional e financeiro, é condição de possibilidade à própria democracia” (Delgado, 2014, p.34).

O impasse instalado não é apenas da discrepância do regime fundiário constitucional e da norma fundiária do mercado. Mas reflete a contínua e crescente instabilidade social e insustentabilidade ambiental do sistema de 'terra mercadoria' face às necessidades de proteção e salvaguarda das populações e dos bens da natureza. Creemos que resida aí o problema central da estrutura agrária brasileira atual, com repercussões gerais para toda a sociedade brasileira (Delgado, 2014, p. 39).

O pacto político, nos anos 2000, pelos proprietários de terra, cadeias agroindustriais e Estado, obstrui fortemente a realização da reforma agrária pautada na função social e ambiental da terra. Decorrente disso a questão agrária é recriada nos 2000, caminhando no sentido de regulação pelo mercado de terras, dominado pelo capital financeiro. Há uma fragilidade política conjuntural dos novos atores sociais, tanto do Estado, quanto da sociedade, em conseguir pautar agendas contra-hegemônicas de uma reforma da estrutura agrária com base na Constituição (Delgado, 2014).

## 2.2 ASSENTAMENTOS RURAIS PDS E A AGROECOLOGIA

Os problemas ambientais causados pela modernização da agricultura brasileira ganharam maior relevância na década de 1990. Assim, problemáticas como a recomposição de áreas degradadas, a conservação e uso sustentável dos recursos hídricos, o controle e fiscalização na utilização de agrotóxicos, e mais recentemente, a exigência do cumprimento da legislação referente às áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente dos imóveis rurais passaram a fazer parte da discussão sobre o desenvolvimento rural brasileiro (Gonçalves; Scopinho, 2010).

Nesse período, a questão ambiental torna-se relevante para os debates sobre assentamentos rurais no estado de São Paulo. Antes disso, as principais preocupações estavam relacionadas com os conflitos, tensões e descontentamentos que surgiram a partir da organização de cooperativas e associações, criadas como estratégia de produção e comercialização do excedente. Diante disso, os anos 2000 são marcados pela construção de um novo tipo de assentamento rural, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), conhecido como assentamento agroecológico. No estado de São Paulo é possível mapear 18 assentamentos nesta modalidade, sendo que cinco deles estão em regiões ocupadas pela atividade da agroindústria

canavieira (Gonçalves, Scopinho, 2010). Sendo o PDS fruto de diversas articulações e debates entre governo, movimentos sociais e demandantes de terra:

[...] o PDS nasceu de um processo de discussão empreendido por técnicos do Ministério de Meio Ambiente (MMA), do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Centro Nacional de Populações Tradicionais, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do INCRA para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terra no sentido de conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, promovendo o desenvolvimento sustentável (Gonçalves; Scopinho, 2010, p. 243).

A portaria Incra nº 477 de 04/ 12/1999 e a Metodologia para Implantação de PDS, portaria Incra n.º 1032 de 20/10/2000, oficializa a sua criação, sendo definido como PDS uma modalidade de assentamento rural destinada às populações que desenvolvem ou desejam desenvolver atividades de baixo impacto ambiental em áreas de importância para o meio ambiente.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem papel fundamental em promover experiências baseadas nesse tipo de assentamento rural PDS. Dado que o movimento busca um novo modelo de desenvolvimento agrícola para o país, pautado em seis pilares: 1) mudança da estrutura agrária; 2) mudança na organização dos camponeses; 3) mudança de modelo tecnológico; 4) fortalecimento de políticas públicas para a agricultura camponesa; 5) soberania alimentar; 6) mudança na matriz energética. Diante disso, no Estado de São Paulo, o MST tem buscado promover experiências produtivas baseadas no princípio da sustentabilidade (Gonçalves; Scopinho, 2010).

Nas últimas décadas, para o enfrentamento das questões que permeiam a luta pela terra, a agroecologia passou a ser uma bandeira política indissociável do MST. No início de sua formação, o MST ainda adotava o modelo de agricultura convencional pautado em valores produtivistas, porém, na década de 90, o movimento reformulou os princípios que o guiavam. Nesse período, surgem as primeiras críticas ao modelo de agricultura vigente, conforme pode ser visto na Proposta de Reforma Agrária do MST de 1995 (Souza; Schneider, 2022):

o atual modelo tecnológico adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. e é completamente predatório aos nossos recursos naturais: solo, água, clima, fauna e flora. e, sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, quanto por comprometer os recursos naturais para as gerações futuras (MST, 2005, p. 192 - 193).

O reconhecimento de que esse modelo é predatório, tanto ao meio ambiente quanto às famílias camponesas, abriu espaço para se pensar novas formas de produzir, é nesse cenário que a agroecologia começa a ganhar força e ser aderida pelo movimento. Já neste documento está presente a formulação de um novo modelo produtivo de assentamento alinhado aos princípios de sustentabilidade e de segurança alimentar, visando a produção sustentável de alimentos saudáveis e de qualidade. No ano 2000, no 4º Congresso Nacional do MST, a Agroecologia passou a ser incluída no programa político do movimento, para cumprir com o objetivo de adoção dos princípios agroecológico o movimento começou a investir na formação de técnicos e profissionais na área de agroecologia (MST, 2010).

Outra ação promovida nesse sentido são as Jornadas Agroecológicas que ocorrem todo o ano, desde 2002, a partir do encontro de milhares de pessoas ligadas à causa da reforma agrária como os camponeses, quilombolas, indígenas, trabalhadores, entre outros. As Jornadas têm o intuito de promover e fortalecer o debate sobre a necessidade de um projeto agroecológico, além de ser fundamental para a garantia da Soberania Alimentar com ações de doação de toneladas de alimentos para comunidades (Silva; Balestrin; Brandenburg, 2018). Na 19ª Jornada Agroecológica, realizada em 2022, cerca de 20 toneladas de alimentos produzidos por acampamentos e assentamentos do Paraná foram doadas para famílias de nove comunidades de Curitiba e Região Metropolitana (MST, 2022).

A Soberania Alimentar é também um conceito importante adotado pelo movimento que aparece mais forte a partir do V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007, em que foi posto a necessidade de produção de alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno, a defesa de sementes nativas e a difusão de práticas agroecológicas (MST, 2007). Assim, a soberania alimentar, principal bandeira de luta da La Via Campesina, passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do MST (Souza; Schneider, 2022).

Atualmente, o MST se descreve como um movimento social de massa, autônomo que está organizado em 24 Estados nas cinco regiões do país e conta com

450 mil famílias assentadas. O seu objetivo é articular e organizar os trabalhadores rurais para reivindicar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil, por meio de organização e mobilização da sociedade civil, como as táticas de ocupações de latifúndios improdutivos que visam chamar a atenção do poder público. Para o movimento, a reforma agrária deve democratizar o acesso à terra, priorizar a produção sustentável de alimentos saudáveis e de qualidade para o mercado interno e fixar as pessoas no meio rural, garantindo melhores condições de vida, educação, emprego e moradia digna.

Diante disso, é possível observar que a agroecologia e a soberania alimentar são categorias analíticas e bandeiras políticas indissociáveis no discurso de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estudos indicam que, na prática hodierna da agroecologia, há evidente protagonismo dos camponeses, que se colocam como sujeitos sociais fundamentais para assegurar, para si e para outros, a segurança alimentar e nutricional, posto que são eles os responsáveis por produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos ou de sementes transgênicas. Nesse sentido, a agroecologia pode ser definida como ciência, prática e movimento social, baseada nos princípios de justiça social, sustentabilidade e soberania alimentar, com o compromisso político de democratizar o acesso à terra, à água e aos recursos naturais (Altieri, 2012).

A agroecologia é essencial para o enfrentamento do atual sistema alimentar hegemônico composto por oligopólios, no qual poucas empresas concentram sementes, insumos, fertilizantes e máquinas. Essa concentração de poder estimula uma relação de dependência dos agricultores para a aquisição de insumos ou para a comercialização de sua produção e permite aos oligopólios ditarem as regras de mercado, definindo os preços dos insumos e o que será produzido, como será produzido e para que será produzido (Borsatto, 2022). Via de regra, outra consequência é a padronização e redução do rol de alimentos, hábitos de consumo em meio a evidente redução do papel do setor público na regulação dos mercados agroalimentares (Xavier *et al.*, 2018).

Nesse modelo, opera-se uma disputa por terra para definir o que será produzido, o agronegócio produz sob demanda dos mercados internacionais, não atendendo necessariamente as necessidades alimentares das populações. Assim, planta-se o que é mais lucrativo, contribuindo para uma monotonia alimentar em que a alimentação fica concentrada em poucas variedades de espécies, sendo que a base

alimentar está quase exclusivamente concentrada na soja, milho e trigo (Santos, 2022). Evidencia-se, assim, que o atual sistema agroalimentar não tem sido eficaz no combate à fome, visto que o sistema capitalista, em sua dinâmica de concentração e centralização de capital, tem como consequência, o desenvolvimento de grandes grupos transnacionais que comandam a produção e comercialização de produtos agrícolas, via cadeias agroalimentares oligopolizadas.

É possível observar que não é uma questão de falta de capacidade técnica do sistema capitalista em produzir alimentos para o abastecimento da população, mas um problema da própria estrutura capitalista que direciona a produção para bens mais lucrativos no mercado distribuição, não tendo como foco bens que atendam diretamente às necessidades humanas. Assim, a questão alimentar decorre não apenas da desigual distribuição de renda, mas também devido aos problemas estruturais do modelo de produção capitalista. Sendo necessário entender a questão nutricional como um problema político, econômico e social, questionando a lógica do capital que produz commodities em detrimento de alimentos básicos para a população (Delgado, 2012).

Apresentada essa problematização, é importante deixar claro que o sistema alimentar hegemônico acima descrito tem nome: agronegócio, entendido enquanto materialização de uma associação entre o latifúndio, o capital agroindustrial e o capital financeiro na busca de acumulação incessante de valorização do capital (Carvalho, 2022). Esse ator econômico e político é relevante para se entender o avanço da insegurança alimentar e nutricional no mundo, notadamente nos países mais pobres, não poupando o Brasil.

Em outras palavras, o agronegócio, enquanto sistema agroalimentar hegemônico vai no sentido contrário da SAN, não garantindo, portanto, disponibilidade, qualidade e regularidade de acesso a um contingente crescente de pessoas vulnerabilizadas, aos alimentos<sup>2</sup>. Por outro lado, a agroecologia se apresenta como uma alternativa de sistema alimentar em que as corporações perdem protagonismo e os agricultores e consumidores ganham centralidade, sendo um caminho para mudanças mais profundas na estrutura do sistema alimentar, visando

---

<sup>2</sup> Ressalta-se que, para a garantia do direito humano à alimentação, diversos fatores precisam ser considerados, como a quantidade de renda, as condições de produção para o autoconsumo, disponibilidade de terra ou garantia de condições sanitárias e habitacionais básicas (Schappo, 2021).

transformar a forma como está organizada a produção, distribuição e comercialização dos alimentos.

Na luta contra a insegurança alimentar é importante considerar que, conforme apresentado por Santos (2022), já há algum tempo, os movimentos sociais do campo apontam para o fato de o próprio conceito de Segurança Alimentar e Nutricional estar incompleto. Segundo o autor, ele não considera as bases do atual sistema agroalimentar globalizado como sendo a causa de situações de insegurança alimentar e conseqüentemente da fome. Para ele: “A simplificação do discurso apenas pela noção orientada por critérios de abastecimento alimentar é insuficiente diante da complexidade que envolve as relações sociais de produção e consumo” (Santos, 2022, p. 34).

Diferentemente de se pensar segurança alimentar alicerçada no abastecimento, a soberania alimentar pressupõe também o tipo de alimentação e as formas de produção em uma fina relação com a escala produtiva que as condicionam (Santos, 2022). É necessário considerar o direito dos povos, em um dado território, de definir sua política agrícola e alimentar, ou seja, decidir o que querem produzir, como e por quem será produzido. Isso inclui priorizar a produção agrícola local, garantir o acesso à terra, água e sementes (Via Campesina, 2003).

Em síntese, no contexto brasileiro, percebe-se uma teia complexa de conceitos e práticas que colocam em contraposição dois modelos muito distintos de produção rural: de um lado o agronegócio, de outro a agroecologia. O primeiro é hegemônico há pelo menos três décadas e, não apenas não decretou o fim da fome, como contribuiu para o agravamento da insegurança alimentar no Brasil. O segundo emerge como um contraponto ao paradigma dominante da agricultura convencional e se estrutura por meio da promoção da biodiversidade agrícola, da utilização de técnicas sustentáveis e da valorização dos saberes locais, e com isso não apenas impulsiona a produção de alimentos de forma mais saudável e ecológica, mas também fortalece os pilares da soberania alimentar.

Diante disso, assentamentos rurais do tipo PDS aparecem como alternativas para lidar com as questões contemporâneas que permeiam o rural brasileiro, buscando construir estratégias para o enfrentamento da concentração de terras, da insegurança alimentar e da crise climática que assola o país. O tópico a seguir busca demonstrar a complexidade dos conceitos de segurança e soberania alimentar, bem

como apresentar os principais desafios para a erradicação da fome e da insegurança alimentar no mundo.

### 2.3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é estruturado na Europa, no contexto da Segunda Guerra Mundial, sendo compreendido como uma limitação de disponibilidade de alimentos, vinculado assim exclusivamente à capacidade de produção de alimentos de um país. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a SAN ganha uma perspectiva internacional com os objetivos de promover a erradicação da fome e da pobreza, bem como a melhoria da nutrição e promover o avanço agrícola. Nesse contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, é um marco para a questão alimentar por estabelecer, no artigo 25º, a alimentação como um direito do ser humano, impulsionando assim a criação de leis e órgãos governamentais destinados a resolver o problema histórico da falta de alimentos. (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009; Custódio *et al*, 2011; Melo *et al*, 2017).

Apesar dos avanços em relação a SAN, na década de 1950 o pressuposto vigente ainda era de que o problema da fome estava relacionado apenas com o rápido crescimento populacional e a má distribuição de alimentos, sendo a solução o aumento da produção agrícola incorporada no movimento da Revolução Verde. Diante disso, “o atributo da produtividade é anexado à Segurança Alimentar como elemento fundamental da constituição do conceito, fruto das condições objetivas representadas pelo paradigma tecnológico que foi completado com o fim da II Guerra” (Rego *et al.*, p.355, 2015).

A adoção do pacote tecnológico e a utilização de agrotóxicos, adubos químicos e fertilizantes, aparece como a alternativa para solucionar a questão alimentar que estava posta no cenário mundial. Contudo, o aumento da produção agrícola não diminuiu significativamente o número de pessoas em situação de fome e desnutrição no mundo, dado que a raiz do problema não está na ausência de produção de alimentos, mas na dificuldade de acesso por parte da população (Ramos; Cuervo, 2012; Belik; Corrêa, 2013; Melo *et al*, 2017; Silva, 2020).

A questão alimentar só foi reformulada na década de 1970 devido a crise de escassez de alimentos (1972-74) e com a repercussão da I Conferência Mundial de Alimentação de 1974 em que foi ampliada a discussão sobre a necessidade de melhoria na distribuição alimentar, bem como do aprimoramento da produtividade agrícola, difundindo o conceito de Segurança Alimentar internacionalmente, porém afastando-se do foco original das Nações Unidas (fundado nos Direitos Humanos) (Custódio *et al*, 2011, Melo *et al*, 2017).

Na década de 1980 a fome passa a ser relacionada com o acesso (demanda e distribuição) físico e econômico do alimento, desviando o foco somente da produção. Assim, o componente “nutricional” no conceito de Segurança Alimentar ganha mais força no final dos anos 1980 e início de 1990 em que a FAO evidencia a importância da qualidade nutricional, sanitária, biológica e cultural dos alimentos para a SAN. Esse movimento impulsiona o debate acerca da qualidade dos alimentos, colocando em pauta o que seria considerado um alimento seguro, livre de contaminação biológica ou química. Além de expandir a discussão para a importância dos hábitos alimentares e culturais dos indivíduos (Custódio *et al*, 2011, Melo *et al*, 2017).

Outro marco importante para a definição moderna de SAN, foi a Cúpula Mundial da Alimentação realizada pela FAO em 1996 na qual foi aprovada a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação. Essa declaração avança no sentido de focar nas questões ligadas à qualidade dos alimentos e aos padrões de consumo alimentar, compreendendo que a SAN deve ser abordada em três níveis: das nações, do domicílio e dos indivíduos. Além de evidenciar que a SAN abrange quatro dimensões de atuação para as políticas públicas: a disponibilidade, o acesso, a estabilidade e a utilização dos alimentos. Sendo uma importante declaração por associar de forma nítida a pobreza com a subnutrição e atribuir ao Estado a responsabilidade pela garantia do Direito Humano à Alimentação (Belik, 2012; Ramos; Cuervo, 2012; Melo *et al*, 2017).

Em decorrência disso, em 1999, a ONU instituiu o conceito de Direito Humano à alimentação (DHAA), respaldado na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948 e no Pacto Internacional Relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Esse direito é correlacionado com outros direitos, como o de saúde, moradia, educação etc., sendo de responsabilidade do Estado garantir o seu cumprimento a partir de políticas públicas. Nessa direção de garantir a SAN, no ano

de 2000, a Cúpula do Milênio da ONU instituiu metas para a redução dos índices de pobreza, fome e desigualdades sociais no mundo até o ano de 2015, tendo 192 países comprometidos com as metas (Belik, 2012; Melo *et al*, 2017).

Na ocasião foi criado a “Declaração do Milênio” que definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo estes: 1. erradicação da extrema pobreza e da fome; 2. universalização do ensino primário fundamental; 3. promoção da igualdade de gênero e capacitação das mulheres; 4. redução da mortalidade infantil; 5. melhora da saúde das gestantes e mães; 6. enfrentamento da HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7. garantia do desenvolvimento sustentável; 8. desenvolvimento da parceria global para o desenvolvimento (Melo *et al.*, 2017).

Apesar dos avanços na busca por garantia da SAN, atualmente, o cenário de insegurança alimentar tem se agravado em todo o mundo devido a diversos fatores, como impactos da COVID-19, aumento do desemprego, mudanças climáticas, instabilidades no mercado etc. O relatório da ONU, “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição do Mundo (SOFI)”, indica que entre 702 e 828 milhões de pessoas enfrentaram a fome em 2021, estima-se que esse número representa 46 milhões a mais de pessoas, em comparação com 2020 (UNICEF *et al.*, 2022).

De acordo com Silva (2020), a fome e a má nutrição são resultantes de políticas vigentes, produto de relações sociais da exploração capitalista e de dominação em suas diversas formas: econômica, política, de classe, gênero ou raça. Em que há uma hierarquização do poder geopolítico entre os países, por meio de dominação internacional de comércio, de intercâmbio e distribuição. Sendo necessário questionar a forma como está estruturado o modelo de desenvolvimento em âmbito mundial para compreender a fome como uma questão social.

Nesse sentido, segundo a autora, o conceito de segurança alimentar fica limitado na garantia da produtividade e disponibilidade, ligado aos interesses do mercado global e do capital industrial e agropecuário, sendo controverso no âmbito político, acadêmico e das lutas sociais. Assim, o conceito de Soberania Alimentar, proposto pelos movimentos sociais do campo, surge como tentativa de questionar essas limitações e garantir a produção e o acesso aos alimentos a todas as nações. Diante disso, o tópico a seguir se concentra em aprofundar a constituição histórica e as implicações do conceito de Soberania Alimentar no mundo.

## 2.4. SOBERANIA ALIMENTAR

Atualmente, a capacidade de produção de alimentos é muito maior do que em outros períodos históricos, no entanto, ainda assim existem milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar no mundo. O direito à alimentação está regido pelas leis capitalistas que não foram eficazes em erradicar a fome no mundo. As medidas empreendidas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), pela OMC (Organização Mundial do Comércio) e pelo Banco Mundial, atuaram em prol dos interesses empresariais, defendendo, no máximo, políticas governamentais compensatórias. A FAO também tem se demonstrado insuficiente para pautar políticas de mudanças estruturais aos governos, apesar de auxiliar na denúncia da insegurança alimentar, não possui forças para combater as causas (Stédile; Carvalho, 2011).

Diante disso, movimentos sociais do campo reagiram ao conceito de segurança alimentar e as ações realizadas pela FAO. Os primeiros fundamentos da proposta de Soberania Alimentar foram divulgados cinco dias após o Massacre de Eldorado de Carajás, no Brasil, por meio da declaração Tlaxcala que foi desenvolvida na II Conferência Internacional da Via Campesina (II CIVC), no México, em abril de 1996. Sendo uma conferência extremamente importante para a luta dos camponeses, indígenas e de pequenos agricultores que desafiaram as políticas neoliberais e propuseram no lugar uma nova economia rural, pautada na reforma agrária. Assim, o sistema econômico capitalista foi identificado como o principal obstáculo para a garantia do direito à alimentação, dado que as políticas econômicas da OMC, do FMI e do Banco Mundial inibiam a autonomia dos países produzirem seus próprios alimentos (Cataño Hoyos; D'Agostini, 2017; Silva, 2020).

La liberalización del comercio y sus políticas económicas de ajuste estructural han globalizado el hambre y la pobreza en el mundo y están destruyendo la capacidad productiva local y las sociedades rurales. Esta agenda corporativa no toma en cuenta la seguridad alimentaria de los pueblos. Es un sistema económica inequitativo que amenaza tanta a la naturaleza y como a la gente con el único fin de generar ganancias para unas cuantas personas. A los campesinos y pequeños productores se les niega el acceso y control de la tierra, el agua, las semillas y los recursos naturales. Nuestra respuesta a esta situación crecientemente hostil para los campesinos y pequeños productores alrededor del mundo es desafiar colectivamente estas condiciones y desarrollar alternativas (Vía Campesina, 1996, s/p).

O trecho acima é fruto da declaração produzida no Fórum paralelo à primeira Cúpula Mundial de Alimentos (CMA) realizada em Roma, Itália, no ano de 1996. Nessa ocasião, a proposta da Soberania Alimentar foi acolhida por 1200 movimentos sociais e organizações camponesas de 80 países. Em contraste com a Segurança Alimentar que teve como ponto de partida a fome nos países “em desenvolvimento”, a Soberania alimentar parte do problema do monopólio internacional da produção de alimentos, entendendo que o alimento não é uma mercadoria, mas sim um direito humano (Cataño Hoyos; D’Agostini, 2017).

Nesse sentido, a produção e distribuição de alimentos é uma questão de sobrevivência humana, sendo uma questão de soberania popular e nacional. Por isso, a Soberania Alimentar se contrapõe ao modelo de desenvolvimento capitalista em que os mercados ditam a produção de alimentos. Sendo necessário mais do que o acesso aos alimentos, mas também o direito dos povos de produzir os seus próprios alimentos para garantir a eles o acesso o ano inteiro, além de assegurar as necessidades nutricionais em consonância com os hábitos culturais. Assim, esse conceito rompe com a organização dos mercados agrícolas imposta pelas empresas transnacionais e governos neoliberais (Stédile; Carvalho, 2011).

O Fórum de 1996 resultou no primeiro passo para o enfrentamento do monopólio internacional da produção de alimentos, opondo-se à globalização da economia, às políticas de livre comércio, a privatização dos recursos naturais e as relações de exploração no campo, além de rejeitar veementemente a forma como está estruturado os sistemas agroindustriais de produção de alimentos com o uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas. O conceito de Soberania Alimentar reivindica a autonomia dos países e melhores condições de vida e de trabalho, sendo entendida como direito dos povos, em um dado território, de definir sua política agrícola e alimentar, ou seja, decidir o que querem produzir, como e por quem será produzido, isso inclui priorizar a produção agrícola local, garantir o acesso à terra, água e sementes, sendo um caminho para a erradicação da fome e desnutrição no mundo (Via Campesina, 2003; Cataño Hoyos; D’Agostini, 2017; Silva, 2020).

Para a soberania alimentar se concretizar é necessário ações em prol do fortalecimento da agricultura familiar e de sistemas alimentares locais e regionais, da concretização de uma reforma agrária, do acesso de sementes, informação e tecnologia, da criação de espaços de participação das comunidades para formular políticas públicas, do compromisso do Estado em assegurar o direito à alimentação e

da transformação do modo de produção agroindustrial para o modo de produção agroecológico (Cataño Hoyos; D'Agostini, 2017; Silva, 2020).

Em 2001, o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar ocorreu na cidade de Havana, em Cuba, para analisar a perda de soberania sobre os recursos alimentares dos países do “terceiro mundo”. A declaração resultante do Fórum demonstra a dimensão política e social da fome no mundo e destaca a necessidade da luta contra o sistema agroalimentar vigente:

El hambre, la desnutrición y la exclusión de millones de personas al acceso a bienes y recursos productivos tales como la tierra, el bosque, el mar, el agua, las semillas, la tecnología y el conocimiento, no son efecto de la fatalidad, de un accidente, de un problema de la geografía o de los fenómenos climatológicos. Ante todo son una consecuencia de determinadas políticas económicas, agrícolas y comerciales a escala mundial, regional y nacional que han sido impuestas por los poderes de los países desarrollados y sus corporaciones en su afán de mantener y acrecentar su 2 hegemonía política, económica, cultural y militar en el actual proceso de reestructuración económica global (Foro Mundial Sobre Soberanía Alimentaria, 2001, p. 2-3).

Ainda evidenciam a necessidade da pequena e média produção para alcançar a soberania alimentar dos povos:

La soberanía alimentaria es la vía para erradicar el hambre y la malnutrición y garantizar la seguridad alimentaria duradera y sustentable para todos los 5 pueblos Entendemos por soberanía alimentaria el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental (Foro Mundial Sobre Soberanía Alimentaria, 2001, p .5-6).

Essa declaração estabelece que a Soberania Alimentar se conquista com sistema de produção agrícola de pequena e média escala, sendo necessário a conservação da diversidade e estratégias de produção, comercialização e gestão de espaço utilizado por camponeses e indígenas (Cataño Hoyos; D'Agostini, 2017). Assim, a Soberania Alimentar se estrutura como mais do que um conceito, mas como um princípio e uma ética de vida que emerge de um processo coletivo de construção,

participativo e popular, que foi se enriquecendo ao longo do tempo a partir dos debates e discussões políticas (Stédile; Carvalho, 2011).

Diante disso, a Via Campesina defende a Soberania Alimentar como alternativa viável para erradicar a fome no mundo, dado que os seus princípios estão alicerçados na valorização da agricultura camponesa, com base agroecológica e comercialização local, capaz de produzir alimentos saudáveis, seguros e sustentáveis, livre de agrotóxicos e sementes transgênicas. Aliado a isso, defende o desmonte do latifúndio e suas práticas monocultoras que privilegiam a produção de um grupo seleto de alimentos (milho, soja, trigo e arroz) e gera uma monotonia alimentar. O caminho para o enfrentamento desse sistema é, portanto, medidas que garantam uma reforma agrária popular a fim de assegurar o acesso à terra, a sementes (sem transgenia), à água e ao crédito, contando com o apoio do Estado para garantir maior autonomia e condições de desenvolvimento da agricultura camponesa sustentável (Stédile; Carvalho, 2011; Cataño Hoyos; D'Agostini, 2017).

Diante do exposto fica evidente que a Soberania Alimentar tem origem e forte ligação com os movimentos sociais ligados ao campo e à reforma agrária, sendo contrária ao sistema econômico capitalista que organiza o sistema agroalimentar. Já o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional possui mais um apelo técnico, sob o qual é possível estruturar políticas públicas. No caso brasileiro, o conceito de segurança alimentar incorporou em sua concepção o direito humano à alimentação e à soberania alimentar, tornando o debate mais complexo e potente para criar medidas de combate à fome no âmbito nacional.

## 2.5. SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL

No Brasil, a questão da fome ganha força a partir da década 1930 com as pesquisas realizadas pelo médico Josué de Castro que denuncia a fome como um problema social e generalizado. Ele desenvolve uma pesquisa populacional com trabalhadores de Recife em que avalia o consumo alimentar e calórico deles. Seus estudos tiveram grande influência nacional e internacional, tendo impacto na criação do salário-mínimo e da Ração Essencial Mínima, sendo esta os alimentos que atendem as necessidades nutricionais de um adulto, em 1938. Além de influenciar na criação da Comissão de Abastecimento e participar da fundação, na qual presidiu por

dois anos, da Sociedade Brasileira de Nutrição. (Ramos; Cuervo, 2012; Melo *et al.*, 2017).

O conceito de fome é alterado a partir dos seus estudos, passando a ser entendido como um problema social. A sua obra Geografia da Fome, publicada em 1946, é um marco para os estudos da fome e da SAN no Brasil. Josué de Castro evidencia que a fome no mundo não é resultado da falta de produção de alimentos, mas sim da desigual distribuição de renda que dificulta o acesso da população a esses alimentos (Ramos e Cuervo, 2012; Melo *et al.*, 2017).

A partir disso diversos programas governamentais foram lançados com intuito de combater a insegurança alimentar no Brasil, no entanto grande parte dessa experiência é caracterizada pela descontinuidade e desarticulação desses programas sociais. Sendo realizado um programa de combate à fome mais articulado a partir de 2003 com o lançamento do projeto Fome Zero que buscou integrar políticas emergenciais de combate à fome com políticas públicas estruturais (Custódio *et al.*, 2011; Belik, 2012).

Na década de 1940-1950 é possível mapear algumas medidas em direção a SAN, sendo alguns marcos importantes: a criação do Centro Nacional de Alimentação e Nutrição (CNA), ligado ao Ministério da Saúde, que buscava formular políticas de alimentação e nutrição, nos anos 1940, a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), em 1952, a implementação do Primeiro Plano Nacional de Alimentação, em 1953, com intuito de prestar subsídio alimentar e nutricional ao grupo materno-infantil, escolares e trabalhadores, além da formulação da Campanha Nacional de Merenda Escolar, entre 1954-1955, que anos depois tornou-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Melo *et al.*, 2017; Belik, 2012).

Nos anos de 1970, a CNA é substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que foi extinto em 1997, também ligado ao Ministério da Saúde, que seria responsável por organizar e administrar os programas do governo em relação a SAN. Nesse período é possível listar outras medidas ligadas a SAN que foram criadas para combater a fome entre os grupos mais vulneráveis, como crianças, gestantes, populações rurais e trabalhadores de baixa renda (Custódio *et al.*, 2011; Melo *et al.*, 2017).

A partir disso é criado o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), vigente até 1975, com ações para combater as deficiências nutricionais

de populações mais vulneráveis, incluindo medidas de suplementação alimentar, apoio aos pequenos produtores, promoção de fortificação e incentivo a alimentação dos trabalhadores. Em 1976, foi implementado o II PRONAN, vigente até 1984, que instituiu o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), essa medida disponibilizava refeições nas empresas e vales de compra de alimentos para os trabalhadores de baixa renda. Nessa direção também foi criado o Programa de Combate às Carências Nutricionais Específicas que enriquecia alimentos e realizava distribuição de medicamentos (Custódio *et al.*, 2011; Melo *et al.*, 2017).

Na década de 1980, a segurança alimentar tem maior relevância no Brasil, sendo um período marcado pela redemocratização e a Constituição de 1988 que assegurou direitos básicos para a população brasileira. Embora o direito à alimentação não tenha sido mencionado na Constituição, incluído posteriormente somente em 2010, em 1986 ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição em que o conceito proposto de segurança alimentar teve avanços significativos ao considerar duas dimensões: a alimentar e a nutricional. A primeira está relacionada com a disponibilidade, a comercialização e o acesso ao alimento. Enquanto a segunda diz respeito a escolha, preparo, consumo desses alimentos e sua relação com a saúde humana, sendo importante garantir essas duas dimensões para alcançar a SAN (Belik, 2012; Silva, 2020).

A mobilização da sociedade e a adesão do governo permitiu a criação de novas políticas de combate à fome durante os anos 1990. A partir disso, em 1991 ocorreu a CPI da Fome com intuito de averiguar ilegalidades nos programas de assistência. Em 1992, surgiu a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, coordenada pelo sociólogo Herbert de Sousa, conhecido como Betinho, que contou com a participação ativa da sociedade civil nos debates sobre fome e pobreza. Outra ação importante foi a elaboração do Mapa da Fome, em 1993, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que evidenciou 32 milhões de brasileiros em condições de fome.

No mesmo ano também foi constituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) que visava implementar políticas e programas tendo a SAN como foco e era responsável pela implantação e pela gestão do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria. Em 1994 foi organizado pelo CONSEA em conjunto com o movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Consan) responsável por ampliar a

discussão de uma política nacional de SAN, entendendo que a concentração de terra é o fator determinante para a insegurança alimentar no Brasil, assim consolidou e conferiu ao conceito de SAN um projeto integrador das ações setoriais com potencial para ser um eixo estratégico de um novo modelo de desenvolvimento (Melo *et al.*, 2017; Silva, 2020).

No entanto, no ano de 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso extinguiu o CONSEA, sendo recomposto apenas em 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Melo *et al.*, 2017; Silva, 2020). O lançamento do Projeto Fome Zero como prioridade do governo eleito em 2002, quando da posse deste, e a reinstalação imediata do CONSEA propiciaram a construção de uma política abrangente que procurava englobar os diversos aspectos relacionados à SAN (Custódio *et al.*, 2011).

[O Programa Fome Zero] foi o resultado de um acúmulo de conhecimentos que haviam se articulado desde os anos 80 com as Conferências de Saúde e, mais tarde, com o projeto do Governo Paralelo e as discussões da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 1994. A preparação do Fome Zero se beneficiou também da mobilização social ocorrida com o trabalho do sociólogo Betinho no comando da Organização “Ação da Cidadania” e mais tarde com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (Belik, 2012, p. 96).

O Fome Zero se diferencia das políticas anteriores de SAN, dois pontos de diferenciação são: 1) O Fome Zero foi concebido como uma verdadeira política de Segurança Alimentar, incorporando o aspecto mais moderno desse conceito e levando em consideração a necessidade de universalizar a ação do Estado abrindo espaço para o reconhecimento de direitos; 2) Enquanto política, o Fome Zero apresenta uma articulação entre os seus programas que difere diametralmente dos programas focalizados e isolados do período anterior (Belik, p.96, 2012). Dessa maneira, ele foi concebido:

em torno de quatro eixos, denominados articuladores: 1. Acesso aos alimentos (programas e ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação e educação); 2. Fortalecimento da agricultura familiar (ações específicas que promovam a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo); 3. Geração de renda (incentivo à economia solidária e desenvolvimento de ações de qualificação da população de baixa renda) e; 4. Articulação, mobilização e controle social (Custódio *et al.*, 2011, p. 7).

Devido aos avanços trazidos pelo Programa Fome Zero o tema da fome ganhou destaque nas agendas pública e governamental, desdobrando-se em diversas ações como a reativação do CONSEA e a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional, conhecida por LOSAN. O novo CONSEA organizou, em 2004, a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) que colocou em pauta a discussão da alimentação enquanto um direito constitucional. Nessa conferência, é definido a necessidade da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com políticas públicas na área, legislação específica e orçamento próprio. Assim, a partir do II CNSAN, o conceito de SAN é reformulado e as propostas resultantes da conferência vão ser a base para a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Ramos; Cuervo, 2012; Silva, 2020).

No ano de 2006, o CONSEA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), propõe a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), alicerçado nos objetivos de: assegurar o direito à alimentação adequada para todos os brasileiros como direito humano; definir o conceito de segurança alimentar e implantar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Dessa forma, a LOSAN é um marco histórico para as políticas de combate à fome no Brasil sendo responsável pela criação de novas ações da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Ramos; Cuervo, 2012; Melo *et al.*, 2017).

A LOSAN, em seu artigo 3º, define o conceito Segurança Alimentar e Nutricional utilizado no Brasil, como sendo:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, s/p).

Assim, a LOSAN é responsável por instituir definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição do SISAN, com intuito de assegurar o direito humano à

alimentação adequada. Além de avançar ao definir em seu artigo 5º a questão da soberania:

A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos (BRASIL, 2006, s/p).

Em consonância com esses avanços, no ano de 2010, a alimentação é incluída no artigo 6º da Constituição Federal como direito básico para todos os brasileiros. Assim, o direito à alimentação em conjunto com a soberania alimentar torna-se o princípio para as políticas públicas de SAN no Brasil (Brasil, 2006, 2010).

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2010, s/p).

A adesão do direito à alimentação na Constituição de 1988 estabelece um novo patamar institucional para as políticas de segurança alimentar no Brasil, permitindo alcançar resultados de melhoria significativa da segurança alimentar e nutricional da população brasileira entre os anos de 2003-2014 (Belik, 2012; Siqueira *et al.*, 2014; Melo *et al.*, 2017).

Em síntese, de acordo com Belik (2003), o conceito de SAN abrange os aspectos da disponibilidade, qualidade e regularidade de acesso aos alimentos. A disponibilidade diz respeito aos alimentos produzidos por um determinado país e disponíveis para o consumo, porém isso não significa que toda população tenha acesso a esses alimentos<sup>3</sup>. A qualidade dos alimentos consumidos precisa ser adequada nutricionalmente e não podem apresentar risco à saúde. Assim, alimentos transgênicos, fora da validade, com uso intenso de agrotóxicos<sup>4</sup> no plantio ou contaminados por qualquer razão comprometem a alimentação digna e saudável. Por fim, a regularidade significa ter acesso constante aos alimentos, com no mínimo três

---

<sup>3</sup> Para a garantia do direito humano à alimentação, diversos fatores precisam ser considerados, como a quantidade de renda, as condições de produção para o autoconsumo, disponibilidade de terra ou garantia de condições sanitárias e habitacionais básicas (Schappo, 2021)

<sup>4</sup> Desde 2019, houve um aumento na liberação de agrotóxicos no Brasil, sendo aprovados 475 novos produtos. Somente em maio de 2020, já haviam sido registrados 118 novos agrotóxicos e 216 aguardavam aprovação (FIAN BRASIL, 2021).

refeições diárias que obedecem aos critérios já citados, sem ter preocupações ou receio deste alimento se tornar escasso.

Para averiguar os indicadores de SAN foi desenvolvido a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que mensura de forma direta a segurança alimentar e nutricional, levando em consideração critérios psicológicos e sociais. Ela foi desenvolvida a partir da adaptação da escala norte-americana *Household Food Security Survey Module (HFSSM)*, que identifica a SAN de forma direta na população e consegue detectar diferentes graus de insegurança alimentar (Segall-Corrêa *et al.*, 2004).

A Escala de Insegurança Alimentar pode ser classificada em quatro categorias: 1) Segurança Alimentar (SA): não há restrição alimentar e nem preocupação com a falta de alimentos no futuro; 2) Insegurança Alimentar Leve (IAL): há dificuldades no acesso aos alimentos, preocupações com a possibilidade do alimento vir a faltar e problemas com a qualidade da alimentação; 3) Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando os adultos da família passam a sofrer restrições quantitativas na sua dieta; 4) Insegurança Alimentar Grave (IAG): situação de extrema restrição alimentar em que a fome está presente entre os adultos e crianças da casa (Segall-Corrêa *et al.*, 2004).

A EBIA é instrumento de medida de alta validade interna e externa que consegue verificar o acesso aos alimentos no domicílio familiar e abrange as especificidades nacionais, sendo aplicável na área rural ou urbana. Além de ser extremamente relevante para o monitoramento da insegurança alimentar com intuito de auxiliar na elaboração e na avaliação de políticas públicas de combate à fome (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009).

A SAN é resultado de discussões com a academia, movimentos sociais e governos, e de diálogo constante com os conceitos de DHAA e soberania alimentar com intuito de concretizar a intersectorialidade das políticas, programas e ações governamentais ou não governamentais. Assim, diferentemente, da forma como o conceito de SAN é utilizado por organismos internacionais, governos e grandes corporações, no Brasil o conceito de SAN é vinculado ao DHAA e a soberania alimentar. Isso confere maior complexidade na articulação de ações de combate à insegurança alimentar. A LOSAN (Brasil, 2006) consegue ampliar a segurança alimentar para além da produtividade, disponibilidade e acesso ao alimento, levando

em consideração a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais, isso inclui a qualidade, quantidade e a continuidade de condições para que os seres humanos e os recursos naturais não desapareçam (Silva, 2020).

Como fruto desses debates e reflexões, o Brasil avançou na formulação de políticas públicas em direção da SAN, exemplo disso são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas foram essenciais para o incentivo da produção da agricultura familiar e camponesa e abastecer o comércio local, instituições de ensino público e órgãos governamentais (Silva, 2020)

O problema da insegurança alimentar no Brasil está relacionado com o modelo de desenvolvimento do agronegócio, pautado na concentração de terras, a desigualdade econômica e a falta de incentivo no campo para a agricultura familiar e camponesa. A partir de 2003, o Brasil conseguiu registrar diversos avanços no combate à fome, utilizando de referências para elaboração das políticas públicas os princípios de direito humano à alimentação e de soberania alimentar. Isso permitiu elaborar uma série de políticas e estratégias que visavam garantir à população o acesso a alimentos saudáveis a partir do fortalecimento da agricultura familiar, da geração de renda no campo e na cidade e da maior participação da sociedade nos conselhos e nas conferências de segurança alimentar e nutricional.

No entanto, durante as políticas de governo nos anos 2004-2014, a estrutura fundamental agrária pautada na dinâmica do agronegócio não foi significativamente modificada. Assim, não ocorreu uma real distribuição de terras ou uma mudança de modelo de produção agrícola, da monocultura para um projeto agroecológico. As transformações foram apenas conjunturais, não sendo fortes o suficiente para persistirem, durando apenas uma década (Silva; Lorenzo, 2017), visto que:

A fome e a insegurança alimentar são expressões da lógica capitalista, produto de suas desigualdades sociais, onde a concentração dos meios de produção restringe a disponibilidade de alimentos e o acesso das pessoas a eles. Assim, reduzir a segurança alimentar ao aumento da produção de alimentos, centrada principalmente no agronegócio e nas grandes corporações como forma de garantir sua disponibilidade à população é um grande equívoco. A prioridade pela produção em larga escala, onde o alimento é visto como mercadoria, geradora de lucro, em detrimento

à agricultura camponesa é um entrave na resolução do problema da fome (Silva, 2020, p. 9).

Apesar do êxito em iniciativas de combate à fome e do reconhecimento internacional, isso não impediu o desmonte das políticas sociais, com a redução ou extinção de programas. Desde 2016, as políticas públicas voltadas para o combate à fome estão sendo enfraquecidas, levando ao crescimento do número de pessoas em situação de fome. Entre 2014 e 2016, 1,9% da população brasileira passava fome; já no período de 2019 a 2021 esse número subiu para 7,3%, ou, em números absolutos, 15,4% de pessoas passando fome (UNICEF et al, 2022). Dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19”, em 2020, registra que ao menos 116,8 milhões de brasileiros (aproximadamente 55% da população total do país), apresentaram algum grau de insegurança alimentar (IA), leve, moderada ou grave (PENSSAN, 2021).

Fica evidente que a superação da insegurança alimentar necessita de políticas que tratem a temática como prioridade, adotando um compromisso político e social em diferentes níveis, com a mobilização e a participação da sociedade para garantir o respeito e a efetivação dos direitos alcançados, sendo um processo contínuo de luta. É necessário que a segurança alimentar seja orientada pelos princípios da soberania alimentar e do direito humano à alimentação, fomentando estratégias de investimentos em ações que favoreçam a ampliação da produção de alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos ou sementes transgênicas. A prioridade deve ser produções de base agroecológica alinhadas com o interesse dos camponeses (Silva, 2020).

Entretanto, atualmente, no cenário rural se concentra os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar no mundo, devido à falta de acesso à terra suficiente e outros bens necessários para a produção voltada ao autoconsumo. No Brasil, a Insegurança Alimentar também se torna mais preocupante nas áreas rurais em que o índice de IA moderada ou grave é mais elevado e estava presente, no final de 2021 e início 2022, em mais de 35% dos domicílios, percentual maior se comparado aos 29% existentes nas áreas urbanas. Entre os domicílios rurais, os da agricultura familiar e camponesa foram os mais afetados pela crise econômica, sanitária, política e pelo desmonte das políticas públicas direcionadas para a

agricultura familiar (PENSSAN, 2022) <sup>5</sup>. Diante disso, a pesquisa busca mapear em dois assentamentos de reforma agrária do tipo PDS, o Santa Helena e o Mário Lago, os desafios e as potencialidades para garantir a segurança alimentar e nutricional da população rural.

### **3. PDS MÁRIO LAGO: OBSERVAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Diante desse cenário, a pesquisa investiga os desafios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) presente em um assentamento rural do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) denominado Mário Lago, localizado no município paulista de Ribeirão Preto. O presente trabalho contou com visitas exploratórias e uma pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas e observação participante a fim de compreender a situação de segurança alimentar e nutricional dos assentados, buscando verificar se a grave realidade de fome e privação encontrada no rural brasileiro se reproduz em territórios nos quais a agroecologia é uma prática agrícola e uma bandeira política promovida pelo MST.

Por meio de visitas exploratórias realizadas esporadicamente desde 2017, inferiu-se uma hipótese que se confirmou com o presente estudo, a saber: diferente do cenário nacional, os assentados de reforma agrária no PDS Mário Lago possuem estratégias que atuam para o fortalecimento da segurança e soberania alimentar dos assentados. Em 2023 foram realizadas entrevistas com três moradoras do assentamento, na faixa etária de 60 anos. Inicialmente, as questões estavam relacionadas à trajetória dessas mulheres, sobre questões gerais de vivência dentro do assentamento, depois questões específicas acerca da produção e alimentação de suas respectivas famílias e, por fim, foi aplicado o questionário da EBIA, com algumas adaptações nas perguntas em função da condição camponesa das entrevistadas. Por meio das entrevistas<sup>6</sup>, confirmou-se que a disponibilidade e regularidade dos

---

<sup>5</sup> A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, responsável por articular diversos setores para a garantia do direito à alimentação, e a redução de orçamento disponibilizados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) colaborou para o aumento da insegurança alimentar na população rural (FIAN BRASIL, 2021).

<sup>6</sup> Para analisar as entrevistas o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional foi utilizado como parâmetro, levando em consideração os seus pilares de disponibilidade, qualidade, regularidade e sustentabilidade. Além da Escala de Insegurança Alimentar (EBIA), classificada em quatro categorias:

alimentos estava presente no cotidiano das entrevistadas. Todas elas apresentavam lotes com plantações diversas que eram utilizadas tanto para autoconsumo quanto para comercialização.

Com a primeira entrevistada não foi possível realizar a entrevista e isso se deve ao fato de as perguntas causarem desconforto e trazerem à tona memórias de experiências traumáticas da sua trajetória pessoal. Todavia, foi possível observar, in loco, a variedade de alimentos que eram produzidos no quintal da assentada: diversos tipos de frutas, temperos, verduras e legumes, em grande quantidade e com qualidade. Fato que permite concluir haver segurança alimentar para a família que ali reside, uma vez que, conforme se constatou em campo, a produção da família no lote é basicamente para autoconsumo. Desta conclusão, não se pode derivar nenhuma outra relacionada à situação financeira ou a facilidade ou não de acesso a bens de consumo leves ou duráveis.

A segunda entrevistada relatou que inicialmente a sua produção era voltada para autoconsumo. Atualmente, ela é utilizada tanto para comercialização quanto para consumo próprio.

(...) Eu planto...A produção aqui é muita coisa. Tem as verduras, legumes, tem mandioca, tem banana, tem laranja, tem mamão, limão. Tem de tudo. Tem de tudo, um pouquinho. [É a maioria utiliza pra autoconsumo ou pra venda?] É, pra consumo e pra venda. (Maria<sup>7</sup>, 64 anos, assentada)

A fala de Maria destaca a variedade de alimentos produzidos no lote sob sua responsabilidade. Essa produção agrícola e de pequenos animais é utilizada para o autoconsumo, fator que contribui na melhoria da qualidade de vida das famílias e no incremento para a renda dos assentados (Carvalho, 2011; Nunes; Silva, 2016). Com os alimentos produzidos em seu lote, Maria visita apenas o supermercado para comprar os itens que não estão incluídos na sua produção.

[E a senhora precisa comprar no mercado outros alimentos ou dá conta de suprir com o seu lote?] Não, eu só compro arroz, feijão, açúcar. E óleo. Mas eu uso mais gordura do que óleo. E sal. As coisas que a gente não tem como colher ali no lote (...). Mas o resto sai tudo dali. (Maria, assentada PDS Mário Lago)

---

1) Segurança Alimentar (SA), 2) Insegurança Alimentar Leve (IAL), 3) Insegurança Alimentar Moderada (IAM), 4) Insegurança Alimentar Grave (IAG) (SEGALL-CORRÊA et al, 2004).

<sup>7</sup> Os nomes utilizados dos entrevistados são fictícios a fim de garantir o anonimato dos participantes

Essa forma de organização estimula a ideia-força da soberania alimentar, pois as famílias possuem autonomia para decidirem o que produzirem em seus lotes, além de não ficarem totalmente dependentes dos supermercados para garantir a sua alimentação. Conforme observado na pesquisa de campo e de acordo com estudos já realizados na região, as famílias conseguem desenvolver no PDS Mário Lago uma diversidade significativa de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos e sementes transgênicas (Borelli Filho; Ferrante, 2009; Carvalho, 2011).

No entanto, a alta dos preços dos alimentos no mercado também impacta os hábitos alimentares de Joana e Maria.

Às vezes, a gente deixa de comprar frutas, essas coisas, por causa do preço. Tá caro demais. Outro dia, o meu filho chegou aqui e me trouxe um pacotinho com seis tomates, fui olhar e falei pra ele cê teve coragem de pagar isso. É de ouro? (Joana, assentada PDS Mário Lago)

[E nos últimos tempos, você sentiu alguma diferença no preço no mercado, por exemplo, pra ir lá comprar esses itens básicos, tipo arroz, feijão?] Rapaz do céu, nossa senhora. [Isso impactou na variedade de alimentos?] Não tem nem como mudar, porque é uma coisa que é o básico da gente, não tem como mudar. Já é o básico que você tem ali, então... [Mas, você tem que acabar pagando mais caro, né?] Você tem que tentar achar ele mais barato, um pouquinho mais. (Maria, assentada PDS Mário Lago)

Cotejando os dados de renda com o custo de vida no Brasil, de acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 58,78% do salário mínimo foi comprometido com a compra da cesta básica no ano de 2022 (Cavallini, 2022). A partir desses dados e da fala das entrevistadas, é possível compreender a importância dada por elas à produção de autoconsumo para garantir a segurança alimentar de suas famílias, visto que a alta no preço dos alimentos e a desvalorização do salário-mínimo impactam diretamente no acesso à alimentação adequada. Nesta perspectiva, o acesso à terra, faz a diferença, mas a condição de assentadas de um movimento social que tem o trabalho cooperado e a agroecologia como condição *sine qua non* para a produção é o determinante.

O assentamento também possibilitou às famílias uma mudança nos hábitos alimentares, estimulando uma alimentação saudável, variada e equilibrada. Esse é o

caso de Joana que enfrenta uma série de doenças crônicas e problemas de mobilidade. Ela encontrou no assentamento uma mudança de vida:

Meu filho trouxe nós pra cá [assentamento], porque igual eu te falei: “mãe, se você ficar lá uma hora, um dia, uma semana, um mês, ou um ano é lucro. Cê morreu onde a senhora sempre quis morrer, na fazenda.” Ó, eu vim pra morrer. E faz 16 anos que eu tô aqui. (Joana, assentada PDS Mário Lago)

[a senhora vê uma mudança na sua alimentação desde quando você veio para cá, pro assentamento?] Olha, deixa eu te falar. Quando eu vim pro assentamento, isso é uma coisa séria que eu vou te falar. Eu vim pra uma mudança de vida. Você entendeu? (...) [Mas aqui, então, a senhora consegue ter uma alimentação bem variada também. E até consumir menos, né? Igual a senhora falou, os embutidos, né?] Consumir menos. Eu não compro. (Joana, assentada PDS Mário Lago)

No depoimento da entrevistada acima foi possível observar que ela valoriza muito o assentamento que possibilitou maior qualidade de vida e a produção tanto para autoconsumo quanto para a venda. Joana consegue manter dentro do assentamento uma alimentação com poucos alimentos embutidos, assim como Maria que também evita o consumo excessivo de ultraprocessados.

[E sobre hábito alimentar, frequentemente a senhora costuma comer mais arroz, feijão?] O arroz e feijão é sagrado pra mim. [E a senhora tem o costume de consumir embutidos, refrigerantes, essas coisas?] Eu bebo quando minha menina vem pra cá, ela traz, então a gente bebe. Mas eu gosto mais de suco natural. (Maria, assentada PDS Mário Lago)

(...) Mas, antigamente, não existia farmácia para remédio, era o remédio caseiro. Não existia comida enlatada, a comida era produzida na horta. Então, você vê que o padrão de vida hoje é muito diferente. E, enquanto, o Brasil e a alta sociedade brasileira não chegar no ponto de que nós precisamos produzir o nosso próprio alimento, nós não vai chegar a lugar nenhum. (Joana, assentada PDS Mário Lago)

Essa alimentação está em consonância com o recomendado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (2014)<sup>8</sup>. O guia recomenda consumir alimentos in natura, minimamente processados e evitar os ultraprocessados nas refeições. A qualidade dos alimentos também é assegurada no assentamento, notou-se durante a

---

<sup>8</sup> Documento criado para orientar e informar os brasileiros sobre o necessário para alcançar uma alimentação saudável.

pesquisa de campo que as produções nos lotes atendiam ao critério da sustentabilidade. Em nenhum dos lotes é utilizado agrotóxicos ou sementes transgênicas, os alimentos produzidos são todos orgânicos.

[Estou pensando aqui que, aí a senhora tira a cana, coloca o feijão, e hoje deve ter uma variedade um pouco maior de coisas. Como é que foi esse passo a passo de trabalhar no lote? Sempre agroecológico? Ou teve algum momento que...]. Não, o veneno, o adubo, eu nunca fui a favor disso. Porque lá na minha terra, também na minha cidade, eu plantava, arrendava a terra dos outros pra plantar pra arroz, feijão, milho, plantava muita coisa. Mas sempre fora do veneno. Eu sei que toda a vida fui contra. O meu pai também era contra o veneno. (Maria, assentada PDS Mário Lago)

Ficou evidente que as entrevistadas possuem uma visão crítica acerca do modo de produção do agronegócio guiado pelo uso intensivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e monocultura.

A minha mãe que me criou (...). Sabe o que ela me ensinava pra nós? (...) Fazia umas plantações de cará, ela falava quem tem três galinha caipira ou quatro, lá botando ovo, um porco no chiqueiro, ninguém passa fome. (...) Porque tudo que você...Põe debaixo da terra, ela te devolve, né, filha? Ela te devolve. O algodão que você fazia o tecido, ela te devolve. (...) Cê come, vem da terra. Se cê veste, vem da terra. O que que cê é sem a terra? Você dá leite para o seu filho sem a terra? Porque o gado precisa do alimento. Então tudo que nós somos, tudo que nós temos, vem da terra. Da terra viemos, e a ela retornaremos. (Joana, assentada PDS Mário Lago)

Na fala de Joana fica perceptível a importância da terra para assegurar a reprodução da vida humana. Nesse sentido, a reforma agrária é essencial para a segurança alimentar e nutricional. Dado que, de acordo com Stédile e Carvalho (2011), as razões do fenômeno da fome estão relacionadas com o controle da produção, distribuição e concentração de renda e de terra entre as pessoas. Pode-se observar durante as entrevistas que a maior dificuldade relatada por Maria foi a de comercialização, principalmente, durante o período da pandemia. Isso impactou na sua renda familiar.

[O tamanho do lote que tem, uma pessoa dá conta se tiver que trabalhar só na renda?] Dá conta sossegada. [Mas mesmo assim, um lote bem estruturado, a senhora acha que não dá uma renda que comporta absorver mais gente pra não ter que trabalhar na cidade?

Ou seja, imagino uma família de quatro pessoas com quatro mãos de obra (...)] Mas, o duro é a venda. Porque dá, dá. Se for...no caso, o meu lote lá, se for plantar ele inteiro, planta. Aí sim, dá. Mas pra quem vender? Esse é o problema. Para quem vender? (Maria, assentada PDS Mário Lago)

Nesse sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desempenhava um papel fundamental para estimular a produção de alimentos e fortalecer a agricultura familiar.

[Quando o assentamento surge, vendendo, já começou o PAA, já veio como uma política ou foi antes do PAA existir? Ou a merenda?] Não, o PAA veio já pelo movimento (...). [Então, quando a gente pensa na produção do lote, já pensava, já tinha o PAA como um horizonte.] Já tinha o PAA como um... O centro vinha aqui dentro pegar, o que havia de todo mundo que tinha pra vender (Maria, assentada PDS Mário Lago).

O desmonte das políticas agrícolas afetou negativamente os assentados, os colocando em situação de vulnerabilidade econômica. Entre os domicílios rurais, os da agricultura familiar e camponesa foram os mais afetados pela crise econômica, sanitária, política e pelo desmonte das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar (PENSSAN, 2022). A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, responsável por articular diversos setores para a garantia do direito à alimentação, e a redução de orçamento disponibilizados para o PAA colaborou para o aumento da insegurança alimentar na população rural (FIAN BRASIL, 2021).

[Mas aí o PAA foi diminuindo, não é?] É, diminuiu. [Como é que isso impactou, a senhora acha? Assim, na vida da produção?] Foi uma reada, porque o PAA é bom demais, você entrega o que tem, você vai entregando. Entrega de muitos, você não precisa ter limite pra ser entregado. Eu entreguei, eu sei, então...Depois que cortou tudo, não teve PAA mais, mas fazer o quê? Aí todo mundo paralisou. [E aí, como é que se virou o povo no geral?] (...) Paralisou, caiu. Aí a sorte que nós começou a... Aí já veio esse negócio aí da agrofloresta, nós já entramos e logo nós já começou a montar, já vender cesta lá fora, fazendo, o SEBRAE, ajudou muito nós nisso aí. Arrumando gente pra comprar cesta nossa, pôr o que tinha, fruta da época, as coisas da época, sabe? Nas cestas. Aí nós conseguimos. [Então, a cesta vem como uma resposta à crise do PAA?] À crise do PAA (Maria, assentada PDS Mário Lago).

O PAA era fundamental para a comercialização dos produtos dos assentados, sendo um dos pilares que garantia renda às famílias. No caso do assentamento Mário Lago, os produtores tiveram que encontrar outras formas de garantir a sua renda por meio da venda de cestas. Apesar da forma de organização do assentamento e de sua potencialidade para garantir a segurança e soberania alimentar, é imprescindível a existências de políticas públicas que estimulem a produção dos pequenos agricultores e garanta também a comercialização daquilo que é produzido nos assentamentos. Posto que, a Segurança Alimentar e Nutricional é um dever do Estado, essa responsabilidade não deve ser deixada a cargo apenas de ações pontuais de caridade ou de qualquer outra natureza (Belik, 2003).

Outro ponto a ser destacado é a percepção das entrevistadas acerca da insegurança alimentar no meio rural. Para elas a existência da fome em áreas rurais era algo absurdo, conforme fica evidente nos trechos a seguir:

(...) Porque eu penso assim, uma pessoa que mora na roça, passar fome é porque não tem coragem de plantar nada, de fazer nada. Porque a terra, tudo que você põe nela, ela dá. Então, se a pessoa mora na roça e passa fome, é porque é um grande preguiçoso, aí eu já falo assim. Entendeu? Porque não tem lógica pra isso. Eu mesmo penso assim, eu não penso numa situação dessa. (Maria, assentada PDS Mário Lago)

(...) Mas muitas das vezes as pessoas chegam aqui e falam assim, ah, eu estou em dificuldade de ter as coisas que eu pedi, mas você mora em cima da laje, velho? Você mora em cima da laje? (...) Porque você tem terra, planta. Quem planta colhe, quem colhe alimenta (Joana, assentada PDS Mário Lago).

Nesses discursos, a fome é compreendida como uma questão individual em que basta somente força de vontade do indivíduo para não enfrentar essa situação. Josué de Castro (1957) chama atenção para o fato de que ao pensarmos no problema da fome há um estereótipo de que ela só acontece em países distantes do Extremo Oriente ou em cenários de guerra. No entanto, o autor pontua que a fome é um problema geograficamente universal, ocorre até mesmo nos países mais ricos e “desenvolvidos”. “Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome” (Castro, p.56, 1957). Apesar do continente americano ser reconhecido por sua abundância de terra, diversidade de fauna e flora, ele também enfrenta a fome. Isso

não acontece apenas nas áreas mais pobres da América, mas também em suas partes mais ricas, com maior desenvolvimento industrial.

A fome é um problema estrutural, social e político, assim, as condições econômicas e as decisões políticas impactam diretamente na questão alimentar. Dado que um país com a extensão territorial do Brasil, a diversidade de solos e as condições climáticas possui capacidade para produzir alimentos para toda a sua população, porém o fato desses recursos não serem utilizados dessa maneira está estritamente relacionado com questões políticas, sociais e econômicas.

É na área rural, em termos internacionais, que se concentra os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar no mundo, devido à falta de acesso à terra suficiente e outros bens necessários para a produção voltada ao autoconsumo. A existência do assentamento garante às famílias assentadas maior segurança alimentar do que se comparado a outros trabalhadores rurais que não possuem acesso à terra. Isso significa que o acesso à terra é o primeiro passo para a garantia de segurança alimentar, é por meio dela que é possível assegurar a disponibilidade, regularidade e qualidade dos alimentos.

Ao decorrer das entrevistas também foi aplicado o questionário da EBIA que mensura de forma direta a segurança alimentar e nutricional, levando em consideração critérios psicológicos e sociais (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009). Acerca do questionário da EBIA, Joana respondeu negativamente para todas as questões, exceto para a primeira em que relatou preocupação com a possibilidade da falta de renda para acessar alimentos, o que a longo prazo, caso falte renda, pode significar uma insegurança alimentar leve. Ela também relatou uma experiência passada com a insegurança alimentar. Atualmente apresentam uma melhoria na alimentação com a produção para o autoconsumo ou para o incremento da renda. A partir do seu depoimento, notou-se que a sua alimentação era variada, privilegiava os alimentos in natura e evitava os ultraprocessados. Já Maria respondeu negativamente a todas as questões, sendo possível notar, em conjunto com as outras respostas uma situação de segurança alimentar e nutricional no seu domicílio.

#### **4. PDS SANTA HELENA: NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A partir das entrevistas e das visitas de campo realizadas pelo grupo de pesquisa no assentamento PDS Mário Lago ficou evidente que os entrevistados acharam as perguntas da EBIA repetitivas e, até de certo modo, absurdas. A análise do questionário indica mais do que segurança alimentar, indica que do ponto de vista material as pessoas não conseguem entender, estando em uma área de assentamento, o porquê da pergunta. Nesse sentido, o questionário da EBIA se mostrou saturado, apontando que a aplicação de mais questionários traria respostas semelhantes. Isso pode ser explicado pelo fato de a população investigada apresentar um nível de convergência muito grande, visto que todos são assentados de um mesmo território e se organizam de maneira coletiva com base nos princípios do MST de Soberania Alimentar e Agroecologia.

No segundo momento da pesquisa foram elaboradas novas perguntas semiestruturada para investigar a realidade do assentamento Santa Helena. Primeiramente, foi aplicado o questionário da EBIA para duas moradoras que responderam negativamente a todas as perguntas, exceto para a primeira em que relataram preocupação com a possibilidade da falta de renda para acessar alimentos, o que a longo prazo, caso falte renda, pode levar a uma insegurança alimentar leve. De modo geral, as respostas das entrevistadas apontaram, assim como no Mario Lago, para uma situação de segurança alimentar e nutricional.

Em outra visita de campo, foi realizada uma roda de conversa sobre a temática Agroecologia e SAN na Escola Novo Horizonte, localizada dentro do assentamento Santa Helena. Nesta ocasião estavam presentes dez moradores que relataram as suas experiências e os desafios enfrentados na luta pela terra. Na fala dos assentados a agroecologia aparece como uma nova forma de produzir, alinhada com a sustentabilidade e que se distancia da agricultura convencional.

(...) Agroecologia pra mim é fugir do que foi imposto para os agricultores que é as coisas da revolução verde, agrotóxico, adubo químico (...) e a agroecologia eu acho que surgiu para tentar resgatar a valorização a vida né, é permitir que a vida continue o seu ciclo (...) é o resgate da sabedoria dos antigos, da nossa herança cultural, resgatar tudo isso e valorizar, a gente perdeu isso daí, porque é a comunidade científica falando que não funciona né, muitos erros que essa cultura capitalista trouxe pro desenvolvimento da nossa sociedade. (Camila, assentada Santa Helena)

[O que é agroecologia para você?] [...] 18 anos que to aqui, trabalho com hortaliça, planto alguns grãos, alguns pé de fruta também (...) agroecologia pra mim é bom, pra mim é ótimo, não tem veneno, pra mim é ótimo (...). (Pedro, assentado Santa Helena)

Sou produtora, to desde o início da nossa formação, da nossa ocupação, em outubro de 2004 (...) Agroecologia é um sistema sustentável que nos favorece muito, principalmente, nos últimos tempos dessa situação climática que nós vem enfrentando né (...) é necessário, é importante que nós trabalhamos com sustentabilidade, porque tá difícil os grandes produtores, até uma boa parte dos pequenos compreender a necessidade e a urgência que é (...) A gente precisa cuidar da natureza para que ela nos retorna o nosso bem-estar. (Teresa, assentada Santa Helena)

Teresa chama atenção para um ponto importante sobre como a atual forma de produção, promovida pelo agronegócio, impulsiona as mudanças climáticas. Dado que, a monocultura e o uso intensivo de agrotóxicos nas plantações têm acarretado, nos últimos anos, a perda da fertilidade de solos, redução de biodiversidade e o aumento de danos à saúde humana. Os benefícios fiscais concedidos aos agrotóxicos favorecem a produção de commodities, como soja, milho, algodão e cana de açúcar, em detrimento de outras espécies. De 2000 a 2021, a área plantada de soja aumentou 187%, chegando a quase 40 milhões de hectares. Enquanto, no mesmo período, a área plantada de arroz diminuiu 54%, e a de feijão, 37%, reduzindo para 1,7 e 2,7 milhões de hectares, respectivamente. Esses dados demonstram que a forma de produção do agronegócio estimula a produção de commodities e não de alimentos (Fundação Heinrich Boll, 2018, 2023).

No que concerne aos impactos gerados pelos agrotóxicos à saúde humana temos que anualmente 385 milhões de pessoas no mundo adoecem por envenenamento causados por agrotóxicos (Fundação Heinrich Boll, 2018, 2023). Na pesquisa de campo um dos entrevistados relatou ter sido intoxicado duas vezes com agrotóxicos quando trabalhava em uma fazenda no Paraná.

(...) Lá no Paraná eu sempre plantei usando agrotóxico, quando o pessoal falou 'ah vamo fazer um curso ai pra gente pode começar a mexer com plantação orgânica' (...) nem sabia o que era, daí o pessoal falou "é plantar sem veneno", ah isso daí não existe, sem veneno?...eu acho que essa plantação não tem não (...) depois do tempo fomos plantando e 'ah vamo vê se dá certo' e aí a gente viu que realmente dava certo, foi aonde a gente começou nessa plantação de produtos orgânicos, tamo até hoje graças a Deus. Espero continuar, porque não quero mais, já foi intoxicado duas vezes

com o veneno quando eu mexia no Estado do Paraná, veneno de café, veneno de algodão, e fiquei péssimo mesmo então...eu to insistindo nisso daí, às vezes a gente não é muito valorizado nessa área de produção, às vezes não ganha muito, mas só de saber que a gente tá se cuidando e plantando o que a gente gosta, um produto natural, um produto que não faz mal pra ninguém né, então daí a gente se sente bem valorizado e é isso daí gente, a gente tá fazendo o que a gente gosta. (...) (João, assentado Santa Helena)

Nesse sentido, a partir de suas práticas a agroecologia se apresenta como uma alternativa que incentiva mais rotações, combinações de culturas e nenhum uso de agrotóxicos na plantação. Conforme evidenciado na fala de um assentado do Santa Helena:

(...) A agroecologia é você fazer um plantio multidiverso. Eu acho que assim, quando a gente pensa, existem várias maneiras de você plantar. Você fazer consórcios, utilizar os extratos para você conseguir fazer um plantio mais adequado, porque as plantas, elas se comunicam em si. Então, elas interagem, elas têm seus benefícios e uma planta pode dar um benefício para uma ou também pode ser um malefício. Você vai ter esse tipo de jogo. E esse jogo, ele faz a questão do microclima da região. Então, acho muito importante a questão desse tipo de plantio para a questão também da manutenção do microclima. Porque quando você faz um monopólio, você é sujeito a doenças do qual dizem aquela cultura. E aí, você vai ter que melhorar geneticamente aquela cultura. E quando você faz um plantio multidiverso, biodiverso com árvores nativas e tudo mais, você faz com que aquela cultura seja mais existente ao longo do tempo. Então, acho que é isso. (Henrique, assentado Santa Helena)

Essa forma de plantar estimula a biodiversidade e auxilia na garantia dos pilares de disponibilidade, qualidade, regularidade e sustentabilidade em que está embasada a segurança alimentar e nutricional (Altieri, 2012). Apesar da agroecologia atualmente estar presente no cotidiano das famílias no início do assentamento eles enfrentaram uma série de dificuldades para conseguir iniciar o plantio:

(...) Foi dois anos sem poder plantar, né? Aguardando eles tiraram a cana para poder plantar. Mas veio para cá, ficou, mas nós não podíamos ainda mexer na terra. Precisava esperar a ordem judicial, a liberação. Esperar o ex-dono tirar a cana, tirou o plantio, tirou mais outro. Dois plantio de cana ele tirou durante o tempo. Porque é de ano em ano que faz o corte, né? Ficou esperando. [E nesse momento não podia plantar nada?] Não, não podia mexer em nada. (Teresa, assentada Santa Helena)

Anteriormente ao assentamento, a área era arrendada para o plantio de cana de açúcar para a Usina Ipiranga, do grupo Coopersucar, localizada em

Descalvado/SP (86 ha) (Saravalle, 2016). Devido aos danos causados pelo antigo proprietário, os assentados enfrentaram dificuldades nos anos iniciais sem poder plantar, isso reduziu as oportunidades de obtenção de renda e permanência na terra.

Carla: Isso no início, também a terra tava bem judiada devido à cana. E até hoje, tem uns pedaços ainda que melhorou muito, mas ainda tem uns pedaços...

João: Muito do que você plantava não saía. Dava trabalho, não sai porque eles usaram muito veneno,

Teresa: muito roundup e muito roundup. Só.

João: Feijão mesmo, você não dava. Foi começar depois de uns três, quatro, cinco anos,

Teresa: Nós fomos melhorando a terra, nós fomos plantando muitos adubos verdes, nós fomos conseguindo ganha sementes de adubo verde.

Após um longo trabalho de recuperação do solo, por meio das práticas agroecológicas, foi possível a plantação de diversas culturas, inclusive de espécies ameaçadas de extinção, como a araruta. o Relatório ENACTUS (2015) aponta para os itens agrícolas mais produzidos pelo PDS Santa Helena, totalizando mais de 100 itens, como diferentes tipos de alfaces, repolho, milho, feijão, tomate, etc, diversas variedades de frutas, condimentos, ervas medicinais e produtos de origem animal.

A diversidade de produção colaborou para a inserção dos agricultores em circuitos curtos de comercialização, sem a necessidade da intermediação do grande varejo. Assim, nove das catorze famílias assentadas do PDS Santa Helena participam igualmente de uma Rede Agroecológica e vendem cestas de alimentos. Isso contribuiu significativamente para fortalecer e disseminar as práticas de alimentação saudável fora do campo (Arruda *et al.*, 2018).

Apesar deles afirmarem não terem vivenciado nenhuma situação de fome, os assentados relataram as dificuldades de acessar alimentos no início do assentamento, principalmente, pelo fato de não conseguirem cultivar para o autoconsumo e dependerem de cesta básica.

[Você já ficou de frente a frente com uma situação de fome?] Não, é...dificuldade, precisamente aqui, a gente teve sim. Bem no início a gente teve. Porque a gente vivia às vezes de cesta né. Quando a gente entrou aqui, o pessoal falava assim "não pode sair, tem que permanecer no local". Quem quer lutar pela terra, quer a terra, não pode nem trabalhar na cidade. Tem que ficar aqui. Tem que achar uma coisa aqui, trabalho ali, já volta, tem que estar por aqui. Então

nem sempre a gente arrumava serviço aqui pertinho, para sempre estar aqui. (João, assentado Santa Helena)

[E o que vocês comiam?] Às vezes vinha a cesta, né? A cesta era bem pouco. Às vezes vinha só o básico. O feijão bala. O feijão bala que cozinhava. (João, assentado Santa Helena)

(...) Se fosse contar com aquilo ali [com a cesta], aí sim teria morrido de fome. Porque às vezes a direção de lá demorava até dois meses. Pra poder mandar uma cesta para uma família de cinco pessoas. A minha mesmo sempre foi grande, gente. (Teresa, assentada Santa Helena)

Os anos iniciais podem ser caracterizados como insegurança alimentar leve ou moderada em que há uma diminuição na variedade de alimentos consumidos e os adultos da família passam a sofrer restrições quantitativas nos itens de sua dieta. Ao longo dos anos a situação de segurança alimentar e nutricional das famílias foi melhorando, principalmente, pelo fato de conseguirem produzir seus próprios alimentos.

E aí nós foi seguindo. Até hoje a gente usa bastante de coisa dali de casa mesmo, né? Nosso plantio. (...) E é uma coisa assim, tão simples. Você não precisa comprar na cidade e não precisa ficar com fome. (Teresa, assentada Santa Helena)

Então, na verdade, nós não passamos fome. Graças a Deus, se não tinha o arroz, tinha o feijão. Se não tinha o feijão, tinha a mandioca. Tinha a batata doce na hora da merenda (Carla, assentada Santa Helena).

(...) A gente passava era bem, mas foi sobrevivendo assim. Sempre conseguiu uma alternativa, não tem o gás, tem o fogão a lenha. Então a verdade é que a gente, a fome, graças a Deus, nossa dizer que não tinha nada na barriga isso não aconteceu. (Carla e Teresa, assentadas Santa Helena).

Dados coletados durante o período de 2015 e 2016 apontam que 57,1% das famílias assentadas no Santa Helena apresentavam segurança alimentar (SA), enquanto 14,2% estavam em situação de insegurança alimentar leve, 28,5% em insegurança alimentar moderada e nenhuma em insegurança alimentar grave. Das quatorze famílias assentadas, nove possuem uma produção agrícola diversificada (mais de três produtos), treze famílias usam a produção para autoconsumo e oito a vendem por meio da Rede Agroecológica Santa Helena. O fato da maioria das famílias assentadas estarem em situação de SA evidencia a importância da produção

para o autoconsumo e para a comercialização. Principalmente, da produção agroecológica que garante uma alimentação de qualidade, diversificada e sustentável (ARRUDA et al, 2017).

## **5. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR EM ASSENTAMENTOS RURAIS PDS**

O estudo de Gonçalves e Scopinho (2010) conduzido entre os anos de 2008 e 2010 no Assentamento PDS Mário Lago aponta para os desafios da produção agroecológica. Desde sua formação, os assentados enfrentam problemas com a falta de água para irrigação, a liberação de créditos para custeio da produção, a disponibilidade de assistência técnica, entre outras questões. A captação de água nessa região, área de recarga do Aquífero Guarani, envolve um processo cauteloso, pois necessita seguir padrões técnicos específicos para não causar contaminação dos recursos hídricos e subterrâneos. Assim, a questão do acesso à água é um problema estrutural que afeta o desenvolvimento de vários assentamentos na região paulista, dificultando a produção de alimentos.

O saneamento básico também é uma questão enfrentada no assentamento, os moradores, sem a rede de esgoto instalada, de acordo com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), descartavam os dejetos diretamente no solo, colocando em riscos as famílias assentadas e a preservação do Aquífero Guarani. Diante disso, em 2020, devido a recusa do governo de Duarte Nogueira em implementar o saneamento no PDS Mário Lago, o Ministério Público Federal condenou a Prefeitura e o Departamento de Água e Esgoto do município (DAERP) a oferecerem projeto de implementação da rede de saneamento básico no assentamento. Essa decisão foi uma vitória para os assentados e para a conservação do Aquífero Guarani, respeitando o direito à água e ao saneamento básico (MST, 2020; 2021).

As dificuldades técnicas se configuram como outra questão que atrapalha o desenvolvimento do projeto agroecológico no PDS Mário Lago. A base técnica, até o início de 2010, contava com poucos assentados que tivessem máquinas e implementos agrícolas, com tratores, arados, roçadeiras e plantadeiras, alguns assentados utilizavam tração animal e plantadeira manuais. E algumas famílias

tinham um banco doméstico de sementes. O acesso a assistência técnica também era precário, os entrevistados na pesquisa de Gonçalves e Scopinho (2010) relataram não terem recebido esse serviço, porém consideravam importante ter o acompanhamento técnico para conseguir realizar a produção em seus lotes.

A região que hoje é o assentamento, anteriormente, era ocupada por atividades agrícolas de cana-de-açúcar, soja e amendoim em que era utilizado adubos e fertilizantes sintéticos tornaram o solo de algumas áreas muito ácido. Isso prejudicou o desenvolvimento de algumas culturas no assentamento. Sendo uma necessidade e um desejo dos assentados de corrigir o solo dos seus lotes para diversificar a produção (Gonçalves; Scopinho, 2010).

O entorno do assentamento também prejudica os assentados, visto que praticamente todas as propriedades vizinhas cultivam a cana-de-açúcar e utilizam defensivos químicos em suas plantações, interferindo na produção das famílias que cultivam próximo a áreas de divisas. Nesse sentido, a fertilidade do solo e a dinâmica de produção do setor sucroalcooleiro que marca o entorno do assentamento, representa um entrave para a produção agroecológica e o desenvolvimento do PDS (Gonçalves; Scopinho, 2010).

O PDS Santa Helena convive com desafios similares aos encontrados no Mário Lago. A pesquisa de Saravalle *et al.* (2016) mapeou as principais dificuldades e potencialidades existentes no assentamento, sendo destacado como dificuldade à questão da água devido a insuficiência de pressão do sistema existente de captação e abastecimento de água para a produção agropecuária, a dificuldade de acesso a financiamento, a falta de recursos financeiros para investimento na produção e necessidade de outras vias de comercialização.

Em consonância, o documento elaborado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER) em conjunto com os assentados do PDS Santa Helena também identificou as principais preocupações dos agricultores, sendo estas: a questão da água, a pulverização aérea de agrotóxicos, a falta de transporte e financiamento. Os assentados evidenciaram a falta de recursos hídricos devido a poços sem vazão, distribuição ineficiente de água e bombas danificadas, prejudicando o consumo humano e a produção.

Os problemas causados pela pulverização aérea de agrotóxicos no cultivo de cana-de-açúcar em áreas próximas ao assentamento representam um entrave para a produção do PDS Santa Helena. Dado que, os agrotóxicos aplicados por via aérea,

devido ao fenômeno da deriva, atingem áreas além do desejado, trazendo impactos para a produção agroecológica do assentamento.

A ausência de transporte público dificulta o deslocamento dos assentados para a cidade, o acesso à serviços, como saúde e educação, e prejudica a comercialização dos produtos produzidos no assentamento. Por fim, o financiamento também afeta a viabilidade da produção, sendo necessário medidas de simplificação dos trâmites burocráticos e documentais para o acesso dos recursos disponíveis.

Apesar de todas essas dificuldades encontradas que prejudicam o projeto agroecológico dos assentamentos, ainda é possível observar a potencialidade dos PDSs para a produção de alimentos saudáveis tanto para o campo quanto para a cidade. Durante a pesquisa e conforme registrado em outros estudos (Borelli Filho; Ferrante, 2009; Gonçalves e Scopinho, 2010; Carvalho, 2011; Relatório ENACTUS, 2015), o PDS Santa Helena e o PDS Mário Lago apresentam uma diversidade significativa de alimentos agroecológicos, sem agrotóxicos e sementes transgênicas, tais como: diferentes tipos de alfaces, repolho, milho, feijão, tomate, diversas variedades de frutas, condimentos, ervas medicinais e produtos de origem animal: porcos, frangos de corte, galinhas etc. Em que uma parte desses produtos é direcionado para o autoconsumo das famílias e outra parte destinada para a comercialização nas cidades de São Carlos e Ribeirão Preto.

Esse ponto se destaca como uma potencialidade dos assentamentos PDS que conseguem disponibilizar nos mercados locais alimentos que estão em consonância com a Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, alimentos que respeitam os pilares de disponibilidade, qualidade e sustentabilidade. Essa forma de produzir e comercializar desafia a atual tendência do sistema agroalimentar, pautada no desenvolvimento de grandes grupos transnacionais que comandam a agricultura e a direcionam, via exportação, para o mercado internacional (Xavier *et al.*, 2018).

No estudo de Saravalle *et al.* (2016), as potencialidades do PDS Santa Helena foram listadas pelos assentados, sendo estas o potencial de segurança financeira com a produção de gado (corte e leite), a comercialização nos mercados institucionais, via PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e nas feiras existentes no município de São Carlos, além da entrega de cestas de alimentos orgânicos. E por fim, a importância das instituições, como as universidades públicas, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o Departamento de Apoio à Economia Solidária da

Prefeitura de Municipal de São Carlos, para a melhoria qualidade de vida e da produção agropecuária por meio de atividades de assessoria técnica no âmbito de produção e da elaboração de projetos para captação de recursos financeiros e saneamento.

Outro ponto a ser destacado é a importância dos assentamentos PDS para o enfrentamento do aumento dos ultraprocessados na dieta brasileira. A partir da década de 1970, o surgimento e a consolidação dos supermercados no Brasil impactaram diretamente na forma de consumo de alimentos, sendo um local preenchido de produtos industrializados que oculta todo o processo de produção para o consumidor. Além de possibilitar o acesso a qualquer espécie de vegetal ou fruta independente da época do ano. Para isso ser possível é necessário um complexo agroindustrial pautado no uso intensivo de agrotóxicos, adubos químicos, sementes modificadas, concentração de grandes produções de monocultura, como soja, milho e cana de açúcar que servem de base para a maioria dos alimentos industrializados oferecidos pelos supermercados (Gomes Jr.; Junior, 2015).

Fica evidente que o agronegócio e os supermercados possuem uma forte relação com a mudança dos hábitos alimentares, sendo o agronegócio a base de sustentação dessa rede de comercialização de alimentos:

A letalidade do agronegócio vai muito além dos danos ambientais, da exploração rapace dos trabalhadores, da concentração do poder econômico e político em mãos dos que nada têm com terra. Suas práticas são decisivas para alimentar o moinho que destroça a cultura, as tradições, a história dos povos, na forma de produzir alimento que não é comida e de alimentar uma indústria alimentícia que produz substâncias alimentares que também não são comidas e que por seu turno suprem o oligopólio do autosserviço [...] (Gomes Jr.; Junior, 2015, p. 313).

O oligopólio promovido pelo agronegócio e as redes de supermercados são um obstáculo para a entrada de produções da agricultura familiar e agroecológica, visto que não buscam uma diversificação de produtos, mas sim uma padronização. Há, portanto, uma simplificação das variedades de comida consumida pelos indivíduos e isso impacta diretamente na saúde humana. Nesse sentido, as práticas de produção e comercialização empreendidas pelos assentamentos PDS contribuem significativamente para fortalecer e disseminar práticas de alimentação saudável no campo e na cidade, caminhando no sentido da soberania alimentar que visa a

superação de problemas ambientais e sociais, como as mudanças climáticas, a má qualidade e o aumento dos preços dos alimentos, e busca um modelo de desenvolvimento pautado na valorização da cultura local das populações (Xavier *et al.*, 2018).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da pesquisa foi possível averiguar que tanto os assentados do PDS Mário Lago quanto do PDS Santa Helena possuíam uma diversidade de alimentos plantados nos lotes, contando com diversas espécies de árvores frutíferas, verduras e temperos, como manga, maracujá, mamão, orégano, açafraão, canela, manjeriço, gengibre, alface, cebolinha e outros. A diversidade de alimentos cultivados aponta para uma possível melhora na alimentação dos assentados, cumprindo com os eixos da SAN.

As principais dificuldades encontradas durante a pesquisa foram a realização das entrevistas por tratar de um tema sensível que pode gerar desconforto aos entrevistados. Como dito anteriormente, não foi possível completar a entrevista com a primeira moradora que entramos em contato, devido a temática despertar e trazer à tona experiências negativas de seu passado. Durante a aplicação do questionário da EBIA os participantes acharam as questões repetitivas e até mesmo absurdas.

Os resultados obtidos no trabalho de campo, demonstraram a dificuldade de trabalhar com a temática da fome e insegurança alimentar, pois se trata de um assunto complexo que permeia diversos fatores, envolve sentimentos, sensações físicas, psicológicas e perpassa por questões sociais e históricas. Além de gerar dor, tristeza, desconforto ou constrangimento aos indivíduos que vivenciaram a experiência da fome. A fome no Brasil está relacionada com a questão do acesso aos alimentos, embora eles estejam disponíveis, boa parte da população ainda não consegue acessá-los devido à falta de renda.

Nas áreas rurais a insegurança alimentar está ligada, principalmente, a fatores como a pobreza e a dificuldade de acesso à terra. Nesse quesito, os assentamentos do tipo PDS avançam ao garantir às famílias lotes de terra para produção que pode ser destinada tanto ao consumo próprio quanto à comercialização, assegurando a disponibilidade e regularidade de acesso aos alimentos. No entanto, vale ressaltar que a segurança alimentar e nutricional é dever do Estado, sendo sua

responsabilidade garantir as condições necessárias para que pequenos agricultores consigam produzir, isso inclui acesso a terra, crédito, água, sementes e outras ferramentas. Além de garantir formas de comercialização desses alimentos.

Os assentamentos PDS investigado são cruciais para o fortalecimento da segurança e da soberania alimentar no meio rural, dado que sua forma de organização promove uma produção sustentável que estimula a produção agroecológica, livre de agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas, garante a eles a autonomia para decidirem o que será plantado em seu lote, respeitando as demandas regionais e hábitos culturais, e assegura a qualidade dos alimentos consumidos pelos assentados. Sendo assim, para cumprir plenamente com as potencialidades dos PDSs é necessário adotar a segurança e a soberania alimentar como prioridade nas políticas direcionadas para o rural brasileiro, garantindo as condições para manter e ampliar as produções de base agroecológica no país e, assim, caminhar no sentido da superação da insegurança alimentar.

## 7. REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista nera*, n. 16, p. 22-32, 2012.
- ARRUDA, T. P. et al. Modo de vida e segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares de um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS). *Cadernos CERU*, v. 29, n. 2, 2018.
- ARRUDA, T. P. et al. Segurança alimentar no PDS Santa Helena. *Revista de Política Agrícola*, v. 26, n. 2, p. 31-44, 2017.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e sociedade*, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.
- BELIK, W.; CORREA, V. H. C. A Crise dos Alimentos e os Agravantes para a Fome Mundial. *Rev. Mund. Agrá.*, v. 14, n. 27, 2013.
- BORELLI FILHO, D.; FERRANTE, V. L. S. B. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. *Retratos de Assentamentos*, v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009.
- BORSATTO, R. S. Agroecologia e a construção de um sistema alimentar contra-hegemônico. In: CARVALHO, J. G.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. L. Formação de Agentes Populares de Agroecologia. São Carlos: EdUFSCar, 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acesso em: 28 jan. 2025.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Acrescenta o § 3º ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm). Acesso em: 28 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CARVALHO, J. G. Agricultura e questão agrária no Brasil – Condicionantes estruturais da concentração fundiária. In: VI Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico, 2010, Montevideo. Anais do VI Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico. Montevideo: SEPLA, 2010.
- CARVALHO, J. G. Economia Agrária. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.
- CARVALHO, J. G. Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2011.

- CASTRO, J. Geografia da fome. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.
- CAVALLINI, M. Preços dos alimentos disparam e renda dos brasileiros não acompanha; entenda por quê. G1, 23 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/23/precos-dos-alimentos-disparam-e-renda-dos-brasileiros-nao-acompanha-entenda-por-que.ghtml>. Acesso em: 04 de maio de 2023.
- CATAÑO HOYOS, C. J.; D'AGOSTINI, A. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. Revista NERA, n. 35, p. 174-198, 2017. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i35.4855>
- CUSTÓDIO, M. B. et al. Segurança Alimentar e Nutricional e a Construção de sua política: uma visão histórica. 2011.
- DELGADO, G. Questão agrária hoje. Revista da ABRA, v. 35, p. 27-40, 2014.
- DELGADO, G. C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ENACTUS. Relatório do Projeto Geração Helena - desenvolvendo ações socioambientais. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo (USP), 2015.
- FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- FIAN BRASIL. Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto de pandemia. O Dhana e a Covid-19, [s. l.], 2021.
- FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. Declaración final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria. La Habana: Asociación Nacional de Agricultores Pequeños, 7 set. 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/declaracion-final-del-foro-mundial-soberania-alimentaria>. Acesso em: 23 jan. 2025.
- FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro, 2018.
- FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. Atlas dos agrotóxicos: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura. Rio de Janeiro, 2023.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GOMES, M. A. F. et al. Movimento do herbicida tebutiuron em dois solos representativos das áreas de recarga do aquífero Guarani. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 10, n. 2, 2006.
- GOMES JR, N. N.; JUNIOR, O. A.. Soberania alimentar e agronegocio: notas além da porteira. Retratos de Assentamentos, v. 18, n. 2, p. 305-319, 2015.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a Difícil Construção de um Assentamento Agroecológico em Ribeirão Preto-SP. Retratos de Assentamentos, v. 13, n. 1, p. 239-262, 2010. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.72>

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. Reforma Agrária, v. 23, n. 3, p. 5-16, 1993.

MELO, Z. M. et al. Marcos referenciais na trajetória da segurança alimentar e nutricional: panorama mundial e nacional. Pensar Acadêmico, v. 15, n. 1, p. 95-108, 2017. <https://doi.org/10.21576/rpa.2017v15i1.15>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Após ação do MPF, Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) e Daerp terão que instalar rede de esgoto em assentamento. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/25/apos-acao-do-mpf-prefeitura-de-ribeirao-preto-sp-e-daerp-terao-que-instalar-rede-de-esgoto-em-assentamento/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Assentados da Fazenda da Barra denunciam descaso dos governos com assentamento. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/22/assentados-da-fazenda-da-barra-denunciam-descaso-dos-governos-com-assentamento/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Educação: agroecologia, soberania alimentar e cooperação. São Paulo: MST, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Contra a fome e por comida de verdade, alimentos são doados na 19ª jornada de agroecologia. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/06/27/contra-a-fome-e-por-comida-de-verdade-alimentos-sao-doados-na-19a-jornada-de-agroecologia/>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Linhas políticas reafirmadas no V congresso nacional do MST - 2007. 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/09/12/linhas-politicas-reafirmadas-no-v-congresso-nacional-do-mst-2007/>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE, J. P. (org.). A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 187-210.

NUNES, P. J.; SILVA, T. B. Implantação de sistemas agroflorestais: a experiência do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Informações Econômicas, v. 46, n. 3, p. 42-53, 2016.

NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL (NuPER). Análise situacional e principais enfrentamentos para o desenvolvimento agrário de São Carlos. 2023. Disponível em: <https://nuperufscar.com.br/storage/TB7awwSpoZP4vGi9hNa1Q03ucylAyuKxk3z9Lhpk.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2025.

PENSSAN, Rede. II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022.

PRADO JÚNIOR, C. A revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, C. I.; CUERVO, M. R. M. Programa Bolsa Família: a interface entre a atuação profissional e o direito humano a alimentação adequada. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 8, p. 2159-2168, 2012.

REGO, D. A. et al. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, n. 49, 2021. <https://doi.org/10.21452/rde.v2i49.7210>

SARAVALLE, C. Y. et al. Projeto de desenvolvimento sustentável Santa Helena - São Carlos/SP: uma problematização das oportunidades, fraquezas, ameaças e fortalezas. *Retratos de Assentamentos*, v. 19, n. 1, p. 99-115, 2016.

SANTOS, L. L. Soberania e segurança alimentar: princípios, reflexões e a necessária opção pela agricultura familiar. In: CARVALHO, J. G.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. L. *Formação de Agentes Populares de Agroecologia*. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. *SER Social*, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. (In)Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. *Relatório Técnico*, 2004.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVA, M. Z. T. da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. *Configurações*, n. 25, p. 97-111, 2020. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.8626>

SILVA, R. P.; LORENZO, H. C. de. Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional na dinâmica de estado: abrangência e limites da política social. *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 2, p. 31-56, 2017.

SIQUEIRA, R. L. et al. Análise da incorporação da perspectiva do direito humano a alimentação adequada no desenho institucional do programa nacional de alimentação escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 301-310, 2014.

SOUZA, A. L.; SCHNEIDER, S. Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. *Retratos de Assentamentos*, v. 25, n. 2, p. 266-299, 2022.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. *Revista Cidadania e Meio Ambiente*, Rio de Janeiro, 25 mar. 2011.

VIA CAMPESINA. Declaración de Roma de la Vía Campesina que define por primera vez la soberanía alimentaria. 1996. Disponível em:

<https://viacampesina.org/es/1996-declaracion-de-roma-de-la-via-campesina-que-define-por-primera-vez-la-soberania-alimentaria/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

VIA CAMPESINA. Que es la soberania alimentaria. 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria>. Acesso em: 23 jun. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

XAVIER, L. P. et al. Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 7, p. 4454-4466, 2018.

## Anexos

### Anexo A: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) adaptada para o meio rural com 8 perguntas<sup>9</sup> (domicílio sem menores de 18 anos)

Perguntas	Opções de Resposta		
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar, receber ou <b>produzir</b> mais comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem <b>produção</b> ou dinheiro para comprar mais comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro ou <b>produção</b> para ter uma alimentação saudável e variada?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro ou <b>produção</b> acabou?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
5. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>

<sup>9</sup> Elaborada a partir das questões propostas nos estudos da PENSSAN, Rede. II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022 e SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. (In) Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. Relatório Técnico. 2004

6. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
que achou que devia, porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?			
7. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
8. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>

**Anexo B: Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de oito itens.**

Classificação Pontos de corte	
Segurança alimentar	0
Insegurança Alimentar Leve	1-3
Insegurança Alimentar Moderada	4-5
Insegurança Alimentar Grave	6-8

Fonte: PENSSAN, Rede. II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022.

**Anexo C: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 14 perguntas adaptada para o meio rural<sup>10</sup> (domicílio com menores de 18 anos)**

Perguntas	Opções de Resposta		
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar, receber ou <b>produzir</b> mais comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio conseguissem <b>produzir</b> ou tivessem dinheiro para comprar mais comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro ou <b>produção</b> para ter uma alimentação saudável e variada?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro ou <b>produção</b> acabou?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>

<sup>10</sup> Elaborada a partir das questões propostas nos relatórios técnicos: SARDINHA, L. M. V. et al. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [Internet], p. 1-15, 2014 e SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. (In)Segurança alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação. Relatório Técnico. 2004

9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
11. Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
12. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>
14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia <b>produção</b> ou dinheiro para comprar comida?	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO SEI</b>

**Anexo D: Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de quatorze itens para domicílio com menores de 18 anos**

Classificação Pontos de corte	
Segurança alimentar	0
Insegurança Alimentar Leve	1-5
Insegurança Alimentar Moderada	6-9
Insegurança Alimentar Grave	10-14

Fonte: SARDINHA, L. M. V. et al. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [Internet], p. 1-15, 2014